

Circular

N/REF^a: 01/2008

DATA: 02/01/2008

Assunto: A instalação de novos estabelecimentos comerciais ao abrigo da lei 12/2004 – Estudo da Universidade Católica Portuguesa/Porto - Faculdade de Economia e Gestão

Exmos. Senhores,

A Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, CCP solicitou à Universidade Católica do Porto um estudo com o objectivo de, por um lado, avaliar o impacto da Lei 12/2004 no comércio de proximidade e, por outro, confrontar a realidade de Portugal com a dos restantes países da União Europeia.

O Estudo agora concluído e que se anexa, aponta um conjunto de aspectos os quais confirmam, no entender da CCP, as preocupações do sector relativamente ao excessivo número de novas unidades autorizadas ao abrigo deste regime de licenciamento e as consequências dessas aberturas nas micro e pequenas empresas do sector do comércio.

Merecem referência as seguintes passagem deste estudo:

No capítulo relativo à dinâmica do licenciamento Comercial desde a entrada em vigor da Lei 12/2004, o estudo destaca que *“As novas autorizações registam valores médios anuais **que são mais do dobro dos registados ao longo dos 15 anos anteriores** e que quase triplicam os valores em metros quadrados concedidos anualmente no âmbito de aplicação do DL 218/97”*;

Ainda quanto à Lei 12/2004 e com base no Relatório de Avaliação efectuado pela DGE, o estudo salienta que “*A taxa de autorizações no retalho alimentar situou-se em 65,4% em termos do número de unidades e de 64,8% em termos de área de venda. Em termos de autorizações verifica-se o predomínio das unidades de discount, representando 51% do total de unidades autorizadas e 32% da área de venda. No retalho não alimentar a taxa de autorizações foi mais elevada: 89% em termos de número de unidades e 86% em termos de área de venda*”;

Em matéria de emprego no comércio, A Universidade Católica refere que “*em 2006, Comércio, restaurantes e hotéis registaram **uma redução de emprego de -1,7%** face ao ano anterior, mantendo-se esta tendência no ano corrente (2007)*;

Em termos de análise internacional, o estudo da Católica é elucidativo quanto à posição que Portugal em matéria de densidade comercial e à concentração da facturação do comércio num número muito reduzido de operadores.

Com efeito o estudo refere que “*num conjunto de 21 países Portugal tem um dos mais baixos PIB per capita (...) mas a nossa posição chega ao pelotão da frente se olharmos para os números em termos de densidade comercial.*

(...)

*Se olharmos para as áreas instaladas de grandes superfícies, ponderadas pela população residente e pelo respectivo poder de compra, **tornamos a estar no pelotão da frente da União Europeia com um valor para Portugal de 209.3.***

(...)

Especificamente no que respeita ao retalho alimentar, verifica-se que mais de 2/3 da facturação em Portugal está concentrada em 5 organizações.

(...)

*Se adicionarmos a todos estes factores os horários de abertura das grandes superfícies (cerca de 90 horas semanais em Portugal – o que representa cerca de 30% a mais do que a média europeia) **reforça-se a ideia de uma oferta efectiva muito acima da registada na generalidade dos países da Europa.***

(...)

Os centros comerciais merecem um particular destaque (...). Portugal, num conjunto de 29 países, ocupa o 10º lugar na área bruta locável prevista para 2007”.

Na conclusão, o estudo da Universidade Católica, salienta que “*a economia portuguesa continua a evidenciar um baixo nível de crescimento tendencial, inferior ao verificado na área do euro há seis anos consecutivos. Neste contexto, a contínua e acelerada expansão da oferta comercial verificada nos últimos anos, estimulada pela entrada em vigor da Lei 12/2004 parece pecar por excesso, a não ser que ocorra uma inversão da trajectória de baixo crescimento verificada nos últimos anos – o que não se afigura credível”.*

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Direcção

José António Silva



CATÓLICA

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | PORTO
Faculdade de Economia e Gestão

Centro de Estudos de Gestão
e Economia Aplicada

A instalação de novos estabelecimentos comerciais ao abrigo da Lei 12/2004

Novembro de 2007

Estudo elaborado para a CCP
pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa

A instalação de novos estabelecimentos comerciais ao abrigo da Lei 12/2004

Relatório

Novembro de 2007



CATÓLICA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | PORTO
Faculdade de Economia e Gestão

Centro de Estudos de Gestão
e Economia Aplicada

Índice

Disclaimer.....	v
Notas Biográficas.....	vi
Capítulo I	
.....	
Introdução.....	I
Capítulo 2	
.....	
O Mercado Interno.....	2
A Conjuntura Económica.....	2
O Comércio.....	4
Capítulo 3	
.....	
Estrutura Actual da Oferta Comercial.....	6
A Evolução Recente.....	8
Alterações no Regime de Licenciamento Comercial, em resultado da Lei 12/2004.....	14
A Dinâmica do Licenciamento Comercial desde a entrada em vigor da Lei 12/2004.....	16
O Emprego no Comércio.....	19
Capítulo 4	
.....	
O posicionamento internacional.....	25
Capítulo 5	
.....	
Conclusão.....	33
Anexos.....	35

Gráficos

Gráfico 1 - Índice de volume de negócios no comércio a retalho - corrigido da sazonalidade deflacionado (Base 2000) por Agrupamento do comércio a retalho	5
Gráfico 2 - Índice de emprego no comércio a retalho - bruto (Base 2000) por Agrupamento do comércio a retalho	5
Gráfico 3 - Número de Estabelecimentos por Distrito.....	6
Gráfico 4 - Número de Estabelecimentos por 1000 habitantes	7
Gráfico 5 - Relação entre a Densidade Comercial e o índice de Poder de compra.....	7
Gráfico 6 - Evolução do Número de Estabelecimentos.....	8
Gráfico 7 - Número de Estabelecimentos por Escalão de Área de Venda (Portugal Continental).....	9
Gráfico 8 - Variação percentual do Número de Estabelecimentos Retalhistas segundo Escalões de Área de Exposição e Venda em Portugal Continental.....	9
Gráfico 9 - Distribuição dos Estabelecimentos Retalhistas por Agrupamento em 2004.....	10
Gráfico 10 - Distribuição dos Estabelecimentos Retalhistas por Agrupamento em 2006.....	10
Gráfico 11 - Evolução dos Conjuntos Comerciais 1970 - 2009	13
Gráfico 12 - Autorizações Grandes Superfícies (m ²) - Comércio a Retalho Alimentar	17
Gráfico 13 - Áreas Autorizadas de Grandes Superfícies (m ²) - Comércio a Retalho – Valores médios anuais por períodos legislativos.....	19
Gráfico 14 - Número de Trabalhadores por Conta de Outrem no Comércio a Retalho por Grupos Etários.....	20
Gráfico 15 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem segundo os níveis de Qualificação.....	20
Gráfico 16 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem segundo as Habilitações Literárias.....	21
Gráfico 17 - Número de Trabalhadores ao Serviço por Habilitações Académicas	22
Gráfico 18 - Evolução das Remunerações Médias Mensais por tipo de Actividade.....	23

Gráfico 19 - Remunerações Médias por escalão de Pessoas ao Serviço – 2005.....	23
Gráfico 20 - GDPpc milhares USD ano 2005.....	25
Gráfico 21 - Número de empresas no comércio a retalho (excepto ramo automóvel).....	26
Gráfico 22 - Número de pessoas ao serviço no comércio a retalho (excepto ramo automóvel).....	26
Gráfico 23 - Número de Empresas por 1000 habitantes.....	27
Gráfico 24 - Número de Empresas por km2 (Área Geográfica de cada país).....	28
Gráfico 25 - Turnover por 1000 habitantes.....	29
Gráfico 26 - Novos Centros Comerciais previstos para 2007 (ABL 1000m2)	31
Gráfico 27 - Centros Comerciais – ABL por 1000 habitantes em 2006.....	32

Tabelas

Tabela 1 – Evolução dos Principais Agregados Macroeconómicos.....	2
Tabela 2 – Indicadores de Confiança.....	4
Tabela 3 - Estrutura do número de Lojas por Tipo de Estabelecimento (%).....	11
Tabela 4 - Estrutura do volume de Vendas por Tipo de Estabelecimento (%).....	12
Tabela 5 - ABL Prevista por Região (2006 – 2009).....	13
Tabela 6 - Autorizações Grandes Superfícies (m2).....	16
Tabela 7 - Autorizações Grandes Superfícies (m2) - Comércio a Retalho não Alimentar.....	17
Tabela 8 - Comércio a Retalho com predominância alimentar (unidades com pelo menos 400m2).....	30

Disclaimer

O relatório sobre a instalação de novos estabelecimentos comerciais ao abrigo da Lei 12/2004 foi preparado em resposta a uma encomenda da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal ao Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada da Universidade Católica Portuguesa. O documento foi elaborado por Vasco Rodrigues, Francisca Guedes de Oliveira e Rafael Dias. O conteúdo deste relatório é confidencial: o acesso e a sua divulgação são da exclusiva responsabilidade do seu promotor. As opiniões veiculadas neste documento são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam nem a Universidade Católica Portuguesa nem a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal.

Porto, 8 de Novembro de 2007

Vasco Rodrigues

Francisca Guedes de Oliveira

Rafael Dias

Notas Biográficas

RODRIGUES, Vasco

Director Executivo do CEGEA e Professor Associado da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa.

OLIVEIRA, Francisca Guedes de

Assistente da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa.

DIAS, Rafael

Assistente da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa.

1

Introdução

Em 1989 consagrou-se, pela primeira vez em Portugal, a obrigatoriedade de um licenciamento próprio para unidades comerciais consideradas de dimensão relevante (acima de 3000 m²). Após sucessivas revisões, consagradas no D.L. 9/91, no D.L. 258/92, no D.L. 83/95, e no D.L. 218/97, o regime de licenciamento comercial foi substancialmente alterado há cerca de três anos com a entrada em vigor da Lei n.º 12/2004, que estabelece *o regime de autorização a que estão sujeitas a instalação e a modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e de comércio por grosso em livre serviço e a instalação dos conjuntos comerciais*. Esta lei tem como objectivo principal *assegurar a coexistência e equilíbrio dos diversos formatos comerciais e garantir a respectiva inserção espacial de acordo com critérios que salvaguardem uma perspectiva integrada e valorizadora do desenvolvimento da economia, da protecção do ambiente e do ordenamento do território e urbanismo comercial, tendo por fim último a defesa do interesse dos consumidores e a qualidade de vida dos cidadãos, num quadro de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social das empresas*¹.

Este estudo pretende analisar se os objectivos primeiros da lei estão a ser assegurados, nomeadamente no que diz respeito ao convívio em simultâneo de estruturas comerciais de dimensão diversificada e dedicada quer ao comércio tradicional quer ao comércio no formato de livre serviço. É também pretendido confrontar a realidade de Portugal com a dos restantes países da Comunidade para se analisar, por um lado se o cenário nacional está a par daquilo que se passa no resto da Europa e por outro se a oferta comercial, nomeadamente do comércio a retalho, acompanha de perto a evolução da procura numa altura de estagnação económica.

O estudo está organizado em duas secções principais: na primeira secção pretende-se fazer uma descrição do contexto actual português em termos do tecido comercial. Faremos referência ao número e dimensão dos estabelecimentos existentes bem como à evolução recente dos licenciamentos e analisaremos o emprego, sempre contextualizando com a conjuntura macroeconómica. Na segunda secção parte-se para uma comparação internacional para se tentar perceber como é que Portugal se posiciona na Europa do ponto de vista da quantidade e tipo de oferta comercial. A análise será feita sempre que possível para os 18 distritos de Portugal Continental e centrada, sobretudo, no comércio a retalho ramo alimentar.

¹ Retirado da Lei n.º 12/2004 de 30 de Março de 2004.

2

O Mercado Interno

A Conjuntura Económica

Os principais indicadores macroeconómicos relativos à economia portuguesa, inseridos na Tabela I, demonstram que desde o início do século se vive um período de estagnação económica, com sinais ocasionais de uma ligeira recuperação, sobretudo relacionados com a indústria transformadora e com as exportações de bens e serviços.

Tabela I – Evolução dos Principais Agregados Macroeconómicos

	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^P
PIB	0.8	-0.8	1.5	0.6	1.3	1.8
Consumo Privado	1.3	-0.2	2.5	2.1	1.2	1.2
Consumo Público	2.6	0.2	2.6	2.9	-0.5	-0.3
Investimento	-4.7	-8.3	2.5	-4.1	-1.8	2.3
FBCF	-3.5	-7.4	0.2	-3.1	-1.8	2.1
Variação de Existências	-0.4	-0.3	0.5	-0.2	0.0	0.1
Procura Interna	0.1	-2.0	2.5	0.9	0.3	1.1
Exportações	1.4	3.9	4.0	1.6	9.1	6.7
Importações	-0.7	-0.9	6.7	2.2	4.3	3.7
Contributo Proc. Interna para PIB	0.1	-2.2	2.7	1.0	0.3	1.2
Contributo Proc. Externa Líq. para PIB	0.7	1.4	-1.2	-0.3	1.0	0.6
Índice Harmonizado Preços Consumidor	3.6	3.3	2.5	2.1	3.0	2.4 ¹
Saldo Orçamental (Saldo Total)	-2.9	-2.9	-3.4	-6.1	-3.9	-3.0
Taxa de Desemprego	5.0	6.3	6.7	7.6	7.7	7.9 ¹
Desemprego de Longa Duração (em % do Desemprego Total)	37.3	37.7	46.2	49.9	51.7	49.2 ²

Taxa de variação real, em percentagem.

^P Previsão.

¹ Setembro.

² 1º Semestre.

Fontes: INE e Banco de Portugal.

Os dados referentes a 2007 continuam a apontar para um crescimento económico modesto e em desaceleração progressiva, ao longo do ano. Pela positiva destacam-se apenas a aceleração do investimento empresarial e, tal como em 2006, uma expansão significativa das exportações de bens e serviços. Paralelamente, a evolução do consumo privado continua a ser modesta, além de revista em baixa nos trimestres mais recentes.

Embora com valores ligeiramente mais próximos dos verificados na área do euro e na União Europeia, a economia portuguesa continua com um crescimento particularmente baixo, sobretudo em comparação com economias com níveis de rendimento *per capita* similares. Para esta situação contribuem diversos factores, de índole interna e externa, que passaremos a explicitar.

A nível internacional, 2007 é um ano de significativa turbulência nos mercados financeiros, na sequência de uma mudança abrupta na percepção do risco, desencadeada pela deterioração da evolução do mercado imobiliário dos Estados Unidos e por preocupações adicionais quanto à dimensão e distribuição das perdas no mercado hipotecário de alto risco. As previsões mais recentes do FMI (Outubro) apontam para uma redução da taxa de crescimento do PIB na área do euro, de 2.8% em 2006 para 2.5% e 2.1% em 2007 e 2008, respectivamente. Esta revisão em baixa é justificada pelos riscos associados a uma deterioração adicional das condições nos mercados de crédito, pela volatilidade do preço do petróleo, e pelo menor crescimento da economia norte-americana.

Num cenário de aprofundamento da globalização económica e financeira, os indícios de abrandamento de actividade em muitas economias avançadas explicam a desaceleração da procura externa de bens e serviços dirigida à economia portuguesa, em comparação com a verificada em 2006. Contudo, isso não impede que as exportações continuem a ser a componente mais dinâmica da procura global.

A nível interno, as últimas legislaturas consagraram como objectivo primordial o de consolidação das contas públicas, devido aos desequilíbrios gerados na segunda metade da década de noventa do século passado. Vêm-se verificando, todavia, impactos indesejáveis das medidas adoptadas, sobretudo no que se refere ao aumento da carga fiscal, em termos de crescimento económico e de emprego.

No que respeita ao desemprego, e em termos sectoriais, o primeiro semestre de 2007 marca uma nova inversão de tendência, em relação à evolução positiva verificada em trimestres anteriores, uma vez que houve queda do emprego na indústria transformadora e abrandamento do emprego no sector dos serviços. Numa análise ainda mais desagregada, o Banco de Portugal apresenta evidência estatística de redução do emprego no sector do comércio por grosso e a retalho. Em simultâneo, o desemprego de longa duração continua a representar cerca de metade do total, depois de uma trajectória de rápido aumento verificada desde 2003.

A evolução do desemprego em Portugal (duplicando desde o início do século, em contraste com a tendência decrescente na área do euro) continua a ser um dos

principais motivos de preocupação para as famílias portuguesas, a par do agravamento da carga fiscal (sobretudo nos impostos indirectos), da desaceleração das transferências, e do aumento das taxas de juro do Banco Central Europeu. Os elevados níveis de endividamento das famílias e a existência de condições de crédito mais restritivas permitem compreender o reduzido dinamismo do consumo privado em anos recentes, o que, a avaliar pelos últimos indicadores, se continuará a verificar. Com a deterioração da confiança dos consumidores verificada no 3º trimestre de 2007, é de antecipar que se mantenha um fraco crescimento das despesas de consumo das famílias e, conseqüentemente, da actividade no sector dos serviços.

Tabela 2 – Indicadores de Confiança

	2006	Setembro 2007
Indicador de Sentimento Económico (índice 1990-2003 = 100)	98.4	102.0
Indicador Confiança Consumidores	-31.0	-35.5
Indicador Confiança Indústria Transformadora	-6.1	-1.9
Indicador Confiança Construção	-48.7	-38.7
Indicador Confiança Comércio	-6.3	-7.4

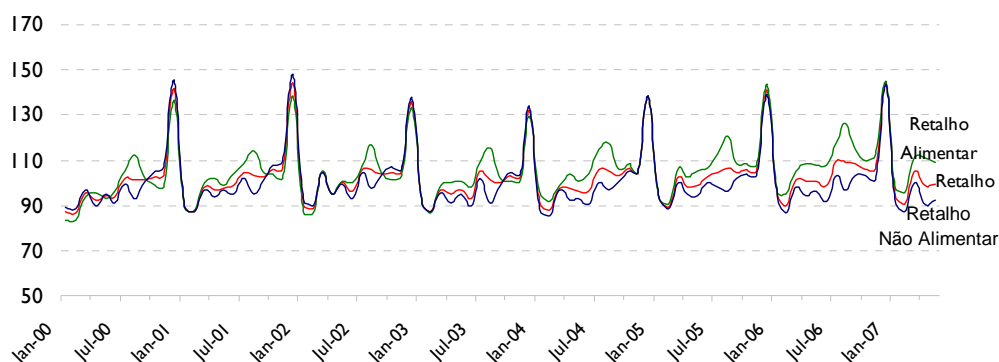
Fontes: Eurostat e Banco de Portugal.

Em síntese, o desempenho da economia portuguesa nos últimos anos vem sendo condicionado pela ocorrência simultânea de um conjunto de choques que tornaram mais evidentes as suas debilidades estruturais. Por um lado, há o desafio da crescente integração dos mercados internacionais, em que novos intervenientes na economia mundial, com baixos custos unitários de produção, concorrem com Portugal em alguns produtos cujo peso ainda é significativo nas exportações nacionais, além de se assumirem como alternativas credíveis de atracção de investimento directo estrangeiro. Por outro lado, a política económica tem consagrado como objectivo primordial o reequilíbrio das contas públicas. Não sendo ainda de esquecer o aumento do preço do petróleo para níveis historicamente elevados e a manutenção de um crescimento moderado na área do euro como obstáculos a um melhor desempenho da economia nacional, devido à sua dependência energética e à concentração geográfica das suas exportações.

O Comércio

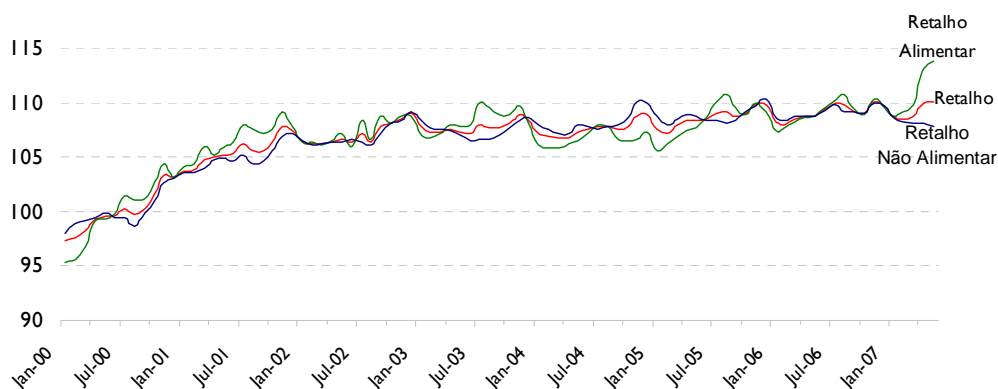
Neste cenário o comércio apresenta alguns sinais dúbios, de que destacamos pela positiva a recuperação do índice de negócios no comércio a retalho e do índice de emprego para valores superiores aos do início do século (103.9 e 110.1, respectivamente, em Maio de 2007). Contudo, há que ressaltar que a evolução dos subsectores do comércio é bastante diferenciada, como se tornará evidente em capítulos posteriores.

Gráfico 1 – Índice de volume de negócios no comércio a retalho - corrigido da sazonalidade deflacionado (Base 2000) por Agrupamento do comércio a retalho



Fonte: INE – Indicadores Conjunturais.

Gráfico 2 – Índice de emprego no comércio a retalho - bruto (Base 2000) por Agrupamento do comércio a retalho



Fonte: INE – Indicadores Conjunturais.

Em 2006, o comércio no seu total contribuía para 11,5% do PIB e para 15% da formação bruta de capital fixo. Embora assegurasse quase 15% do emprego, era também responsável por mais de 16% do desemprego². Sendo indiscutível que continua a representar um sector com um forte peso no funcionamento económico, existem indícios de que a sua capacidade para estimular uma retoma sustentada da economia nacional é, neste momento, muito limitada.

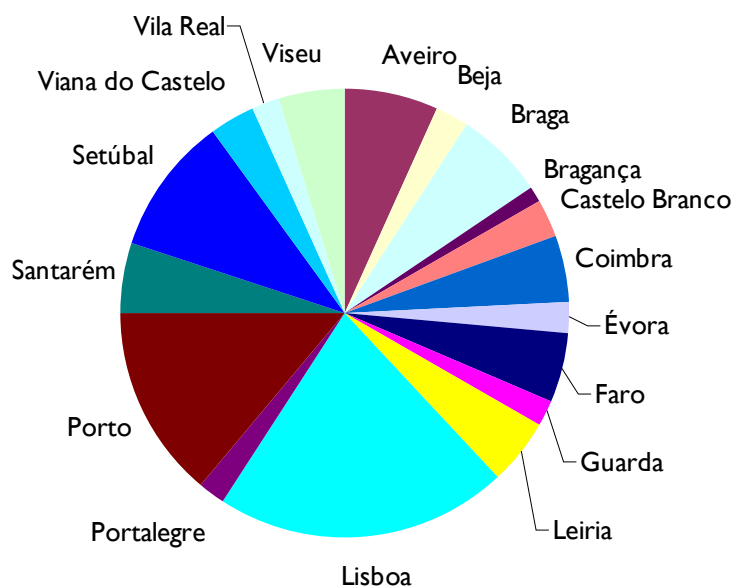
² Dados retirados de “Comércio em números nº 10” – DGE.

3

Estrutura Actual da Oferta Comercial

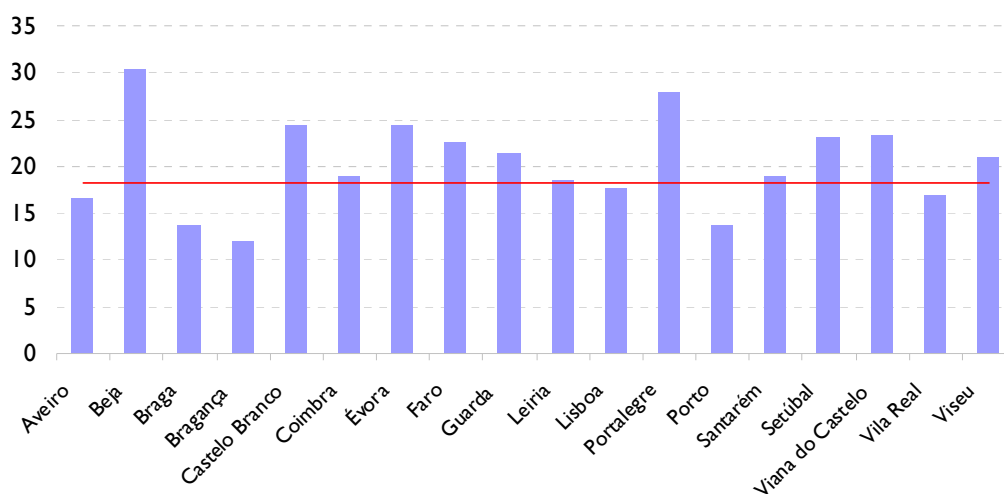
Em Dezembro de 2006 a capacidade instalada no comércio a retalho traduzia-se já por uma grande densidade com cerca de 18 estabelecimentos por cada 1000 habitantes. Esta densidade assumia valores muito acima da média nacional em distritos como Beja e Portalegre (Anexo 2).

Gráfico 3 – Número de Estabelecimentos por Distrito



Fonte: Estatísticas do Cadastro Comercial, Dezembro 2006 – DGE.

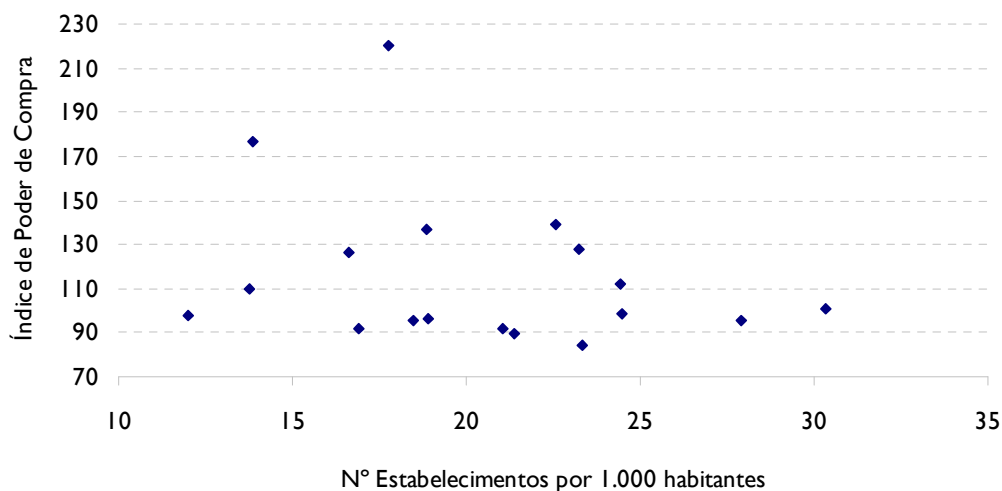
Gráfico 4 – Número de Estabelecimentos por 1000 habitantes



Fonte: Estatísticas do Cadastro Comercial, Dezembro 2006 – DGE.

Olhando para o Gráfico 5 vemos, claramente, que não existe uma correspondência entre os distritos com maior poder de compra *per capita* e os distritos com maior oferta comercial por habitante.

Gráfico 5 – Relação entre a Densidade Comercial e o índice de Poder de compra



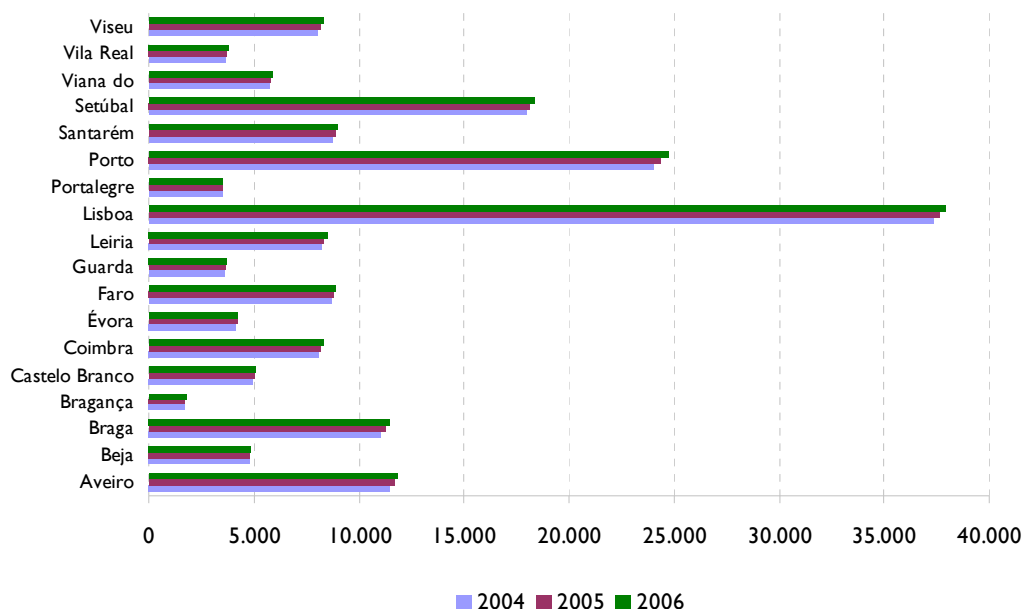
Fonte: CEVAL – Conselho Empresarial dos Vales do Lima e Minho –
<http://www.ceval.pt/CEVALweb/displayconteudo.do2?numero=18870>.

A Evolução Recente

Os anos de 2005 e 2006 ajudaram a reforçar a densidade de estabelecimentos comerciais e não contribuíram de forma relevante para o coarctar dos desequilíbrios regionais existentes entre a oferta e a capacidade de consumo.

No Gráfico 6 podemos ver a evolução do número de estabelecimentos comerciais por distrito. Se em 2005 o número de estabelecimentos no comércio a retalho em Portugal Continental aumentou 1874, este número sobe para os 2414 em 2006 representando um aumento de quase 2,5% em relação à capacidade instalada em 2005. Os distritos onde este aumento é particularmente relevante são os de Bragança, Vila Real e Braga.

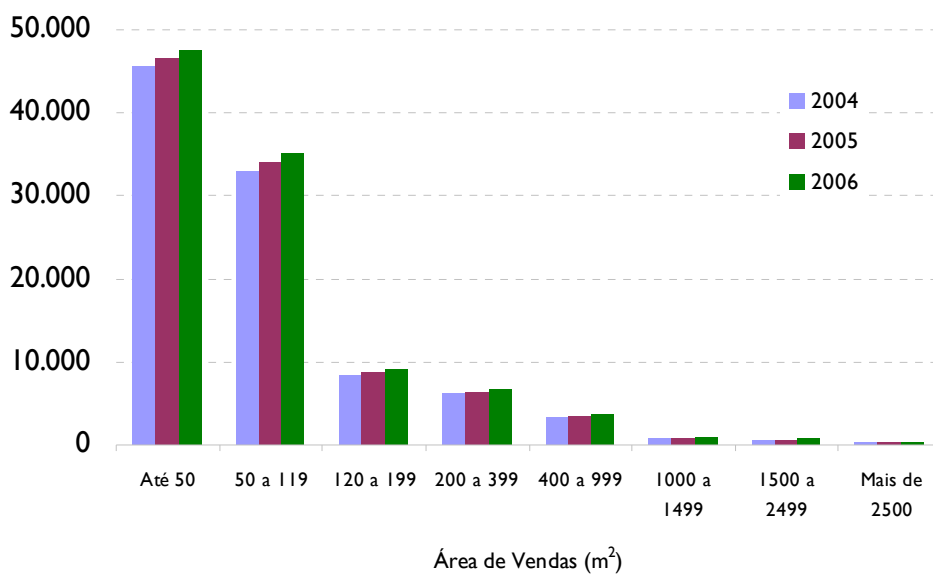
Gráfico 6 Evolução do Número de Estabelecimentos



Fonte: Estatísticas do Cadastro Comercial, Dezembro 2006 – DGE.

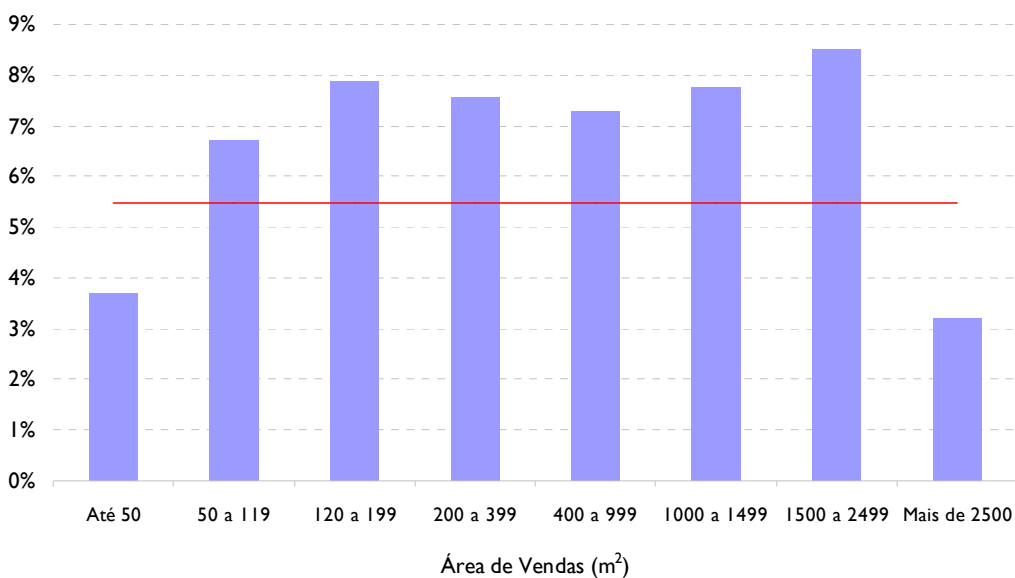
Nos gráficos seguintes podemos ver que o número de estabelecimentos por escalão de espaço de venda se concentra claramente nos escalões mais baixos. No entanto, se olharmos para as variações entre 2004 e 2006 vemos que o escalão de área que viu um maior reforço do número de estabelecimentos foi o de 1500 a 2499 m², indicando para um reforço dos estabelecimentos de dimensão relevante no tecido empresarial do comércio a retalho. Esta evolução representa uma ligeira alteração da tendência dominante desde o início do século, de grande aposta nas unidades de média dimensão (400 a 999 m²), cujo número passou de 888 em 2000 para 1142 em 2006 (Nielsen, 2007). É ainda de salientar que desde a entrada em vigor da Lei 12/2004 cerca de 50% das licenças foram concedidas a discounts.

Gráfico 7 – Número de Estabelecimentos por Escalão de Área de Venda (Portugal Continental)



Fonte: Estatísticas do Cadastro Comercial, Dezembro 2006 – DGE.

Gráfico 8 - Variação percentual do Número de Estabelecimentos Retailistas segundo Escalões de Área de Exposição e Venda em Portugal Continental.



Fonte: Estatísticas do Cadastro Comercial, Dezembro 2006 – DGE.

É também legítimo concluir que as quotas dos ramos alimentar e não alimentar no número de estabelecimentos do comércio a retalho não têm sofrido grandes alterações

quer para o total de Portugal Continental (Gráficos 9 e 10) quer se faça uma análise mais fina a nível dos distritos (Anexo 6).

Gráfico 9 – Distribuição dos Estabelecimentos Retalhistas por Agrupamento em 2004

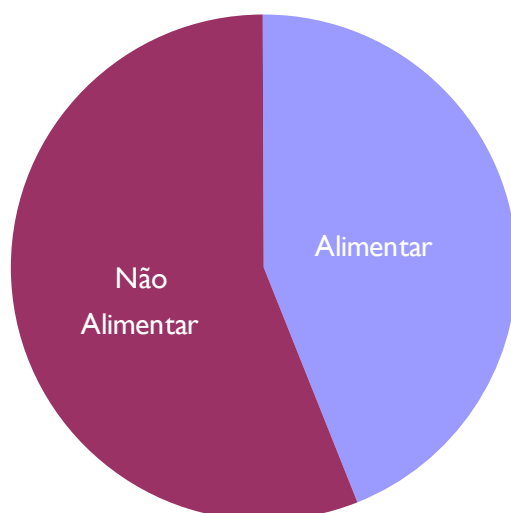
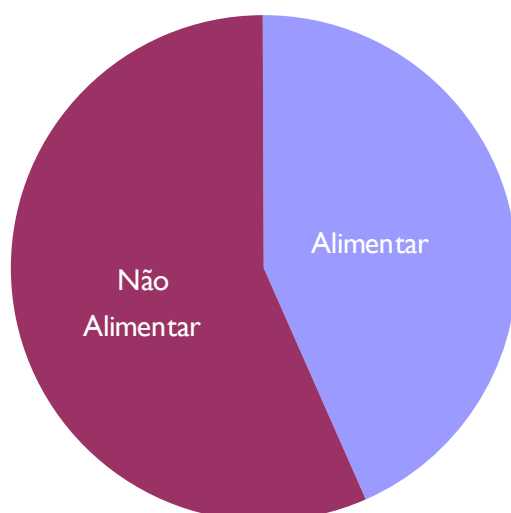


Gráfico 10 – Distribuição dos Estabelecimentos Retalhistas por Agrupamento em 2006



Fonte: Estatísticas do Cadastro Comercial, Dezembro 2006 – DGE.

No total nacional podemos ver que embora o tipo de lojas no comércio a retalho seja predominantemente as Mercarias, o seu peso tem vindo a baixar (de 27895 unidades em 1995 para 16122, em 2006³) em detrimento dos Supermercados e dos Livre Serviços.

Tabela 3 - Estrutura do número de Lojas por Tipo de Estabelecimento (%)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Hipermercados	0.2	0.2	0.2	0.2	0.3	0.3
Supermercados	4.4	4.7	5.2	5.4	5.7	6.1
Livre Serviços	8.6	10.1	10.6	11.4	12.4	13.4
Mercearias	83.4	82.0	81.1	80.1	78.9	77.9
Puros Alimentares	3.4	3.0	2.9	2.9	2.8	2.4

Fonte: DGE: *O Comércio em Números* n° 10: A.C. Nielsen Company – Índice Nielsen alimentar.

A quota de mercado para as grandes superfícies, em termos de volume de vendas, tem vindo a aumentar apesar de em 2003 ser já de 83.6% (supermercados e hipermercados, com predominância crescente dos primeiros). Em 2006 este valor ascendia quase aos 85%. As mercearias que representam grande parte dos estabelecimentos não iam além de uma quota de 11.7% do volume de vendas em 2000. Este valor tem vindo a baixar não indo além dos 7.2% em 2005, e tendo sido já ultrapassado pelos livre serviços, cujo volume de vendas aumentou 72% de 1995 a 2006 (Nielsen, 2007). Estes valores são confirmados em termos de facturação média por loja, que no mesmo período aumentou 40% (para €272000) no caso dos livre serviços, enquanto se mantém estagnado no que respeita às mercearias (€46000 em 2006).

O segmento mais dinâmico nesta evolução é o dos supermercados e, em particular, dos discounts, cujo número de lojas disparou de 305 em 1996 para 694 em 2007 (Nielsen, 2007). A quota destes estabelecimentos em termos de vendas conheceu também um crescimento acelerado, de 8.6% em 2000 para 17.3% em 2006, constituindo-se como “ameaça” quer para o comércio de proximidade quer para os restantes formatos⁴. O peso dos discounts não representa, contudo, uma situação distinta da registada noutros países da UE, nem é específica de países menos ricos – simplesmente chegaram mais tarde ao mercado português. Neste contexto, a sua quota no valor das vendas já está muito próxima da média europeia: 17.3% em Portugal, face a 17.8% na média europeia, em 2006.

Em termos de localização espacial das novas unidades de média e elevada dimensão, predominam os distritos do Litoral Norte, Alentejo e Algarve, existindo indícios de alguma saturação nas grandes urbes. No mesmo sentido apontam, aliás, os projectos de

³ Nielsen, 2007, *Qual a Dinâmica da Distribuição em Portugal?*

⁴ Por exemplo, já ultrapassam os hipermercados no que respeita a produtos de mercearia. Os discounts apresentam, contudo, debilidades “crónicas” em algumas classes de produtos, nomeadamente produtos frescos, bebidas alcoólicas e produtos de higiene pessoal. É exactamente nos produtos perecíveis que o comércio tradicional continua a assumir um peso mais significativo, superior a 1/3 (Nielsen, 2007).

remodelação ou de reposicionamento de vários centros comerciais, o que insinua uma nova tendência paralela à simples promoção de novos empreendimentos.

Tabela 4 - Estrutura do volume de Vendas por Tipo de Estabelecimento (%)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Hipermercados	35.8	35.4	34.7	34	32.8	31.8
Supermercados	45.2	46.8	48.6	49.6	50.8	53.0
Livre Serviços	6.1	6.5	6.6	7.2	7.5	7.5
Mercearias	11.7	10.4	9.3	8.5	8.3	7.2
Puros Alimentares	1.2	0.9	0.8	0.7	0.6	0.5

Fonte: DGE: *O Comércio em Números* n° 10; A.C. Nielsen Company – Índice Nielsen alimentar.

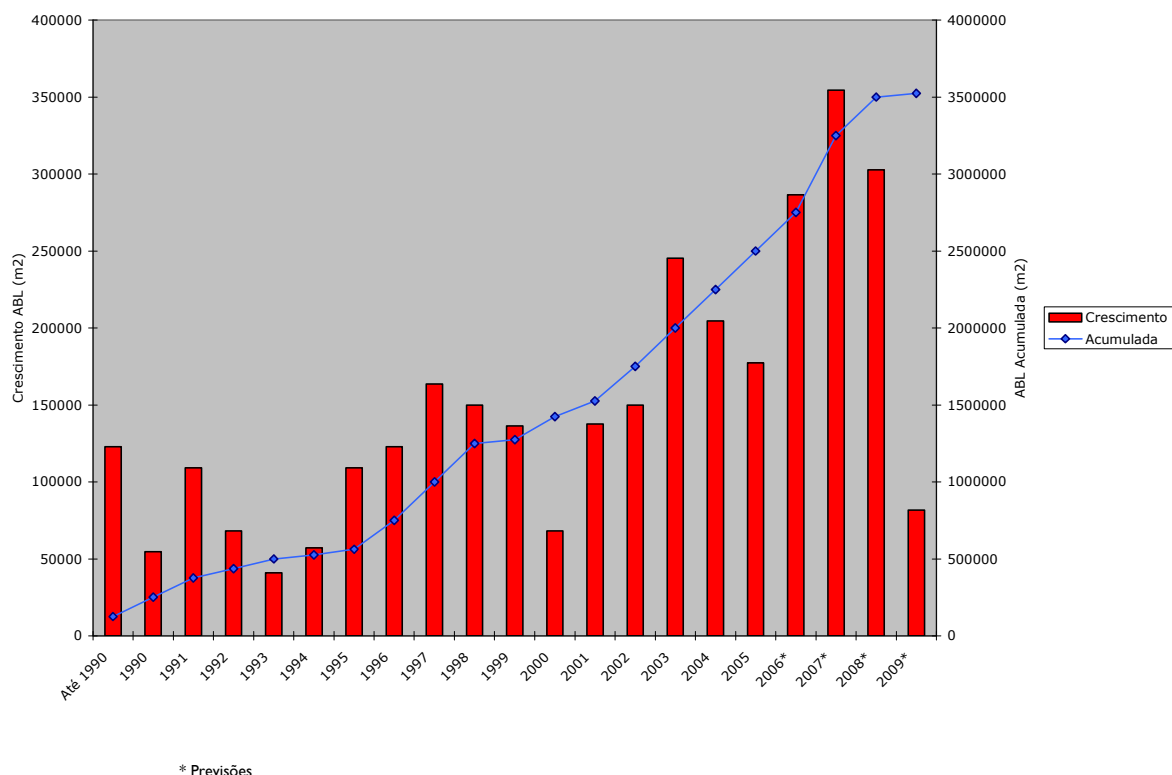
As crescentes dificuldades dos estabelecimentos de comércio a retalho parecem reflectir-se no sector grossista, uma vez que se tem vindo a assistir a uma redução da facturação, desde 2003, e do número de lojas no universo Cash & Carry, neste caso de 181 em 1997 para 157 em 2006 (Nielsen, 2007). Uma das formas encontradas para minorar esta evolução consiste na aposta em marcas de distribuição, sobretudo no que respeita a produtos de mercearia, em que estas marcas são cada vez mais comuns no comércio a retalho.

As marcas de distribuição continuam, aliás, a ganhar peso no mercado português, passando de 5.1% em 1994 para 14.9% em 2006 (com acréscimos mais acentuados nos últimos três anos deste período), e com maior relevância nos produtos alimentares e de limpeza caseira. Portugal é mesmo um dos países europeus em que as marcas de distribuição vêm conhecendo um crescimento mais forte nos últimos anos.

É nos supermercados pequenos que as marcas de distribuição encontram maior expressão, superando os 30% em 2006, para o que contribuem sobretudo as cadeias Minipreço e Pingo Doce. Já nos supermercados de maior dimensão e nos hipermercados o seu peso é mais modesto: 13.4% e 10.1%, respectivamente.

A nível nacional, podemos afirmar que a abertura de centros comerciais abrandou em 2005. Nos próximos anos, prevê-se um aumento significativo da área bruta locável (ABL) dos novos empreendimentos comerciais de grande dimensão, continuando a oferta a incidir em cidades fora dos grandes centros urbanos. No gráfico seguinte pode-se analisar a evolução passada e prevista da ABL.

Gráfico II - Evolução dos Conjuntos Comerciais 1970 - 2009



Fonte: Portugal Marketbeat Primavera 2006 – Cushman & Wakefield.

A tabela seguinte permite-nos ter uma noção da evolução da ABL para o período 2006-2009 por regiões. Existe um reforço claro de regiões onde a densidade comercial já é bastante elevada.

Tabela 5 - ABL Prevista por Região (2006 – 2009)

Região	ABL(m2)	% da ABL total	ABL/1000 hab.
Norte (sem G. Porto)	175412	19,8	71
Grande Porto	25900	2,9	20
Centro	240900	27,2	99
Grande Lisboa	195308	22,0	98
Península de Setúbal	155060	17,5	206
Sul	71251	8,0	60
Ilhas	22000	2,5	45
Portugal	885831		84

Fonte: Portugal Marketbeat Primavera 2006 – Cushman & Wakefield.

Alterações no Regime de Licenciamento Comercial, em resultado da Lei 12/2004

Uma das principais inovações introduzidas pela Lei 12/2004 consistiu na fusão num único processo dos regimes de licenciamento de estabelecimentos e de autorização de instalação, através de um processo organizado de acordo com o princípio do “guichet único”, instituindo as Direcções Regionais de Economia territorialmente competentes como entidade coordenadora de todo o processo (designando-se um gestor do processo e, da parte do requerente, um interlocutor responsável pelo mesmo). Com a sua entrada em vigor pretendia-se, nomeadamente⁵:

- Promover a descentralização da decisão, com maior envolvimento dos actores locais (DRE's ou comissões com âmbito de intervenção correspondente às áreas metropolitanas ou às comunidades intermunicipais de direito público ou de âmbito concelhio, consoante o tipo e dimensão do empreendimento);
- Substituir um sistema de quotas por uma abordagem integrada com critérios que incluem aspectos de sustentabilidade territorial, económica e social;
- Através de um sistema de fases, analisar em simultâneo projectos que estejam no mesmo patamar, de modo a que sejam aprovados os melhores projectos, com base na sua valia económica e em avaliações positivas de localização;
- Estender a abrangência do regime de licenciamento, quer em termos de dimensão mínima dos estabelecimentos, quer através da inclusão na autorização da instalação dos conjuntos comerciais – aspecto que veio sujeitar a licenciamento novos grupos ou unidades individualmente considerados, nomeadamente no retalho alimentar;
- Graduar a tramitação em função da complexidade e impacto do pedido, através da existência de um regime simplificado;
- Diminuir o prazo de utilização das licenças, evitando a existência de “carteiras de autorizações”;
- Implementar a obrigatoriedade do pagamento de taxas, cujo produto se destinaria ao fundo de apoio aos empresários e ao fundo de modernização do comércio;
- Agravar as coimas, com intuitos dissuasores de eventuais incumprimentos.

É importante salientar que, por força da Lei 12/2004, surgiu um universo muito mais abrangente de necessidade de licenciamento, face ao regime anterior. Para tal basta atentar na alteração dos limiares de sujeição a licenciamento comercial, em termos de área.

⁵ Direcção Geral da Empresa, Ministério da Economia e Inovação.

No caso da instalação ou modificação de estabelecimentos de comércio de retalho alimentar ou misto, no regime anteriormente em vigor (D.L. 218/97, de 20 de Agosto), estavam sujeitas a pedido de autorização prévia situações em que as unidades pertencessem a grupos no retalho alimentar ou misto que dispusessem de uma área de venda acumulada igual ou superior a 15000 m², ou estabelecimentos com área de venda contínua igual ou superior a 2000 m². Quando se tratasse de comércio de retalho não alimentar, estes limiares alteravam-se para 25000 m² e 4000 m², respectivamente.

Já com a Lei 12/2004 tornar-se-ia obrigatório obter autorização para instalação ou modificação de estabelecimentos comerciais retalhistas com área de venda igual ou superior a 500 m², ou pertencentes a uma empresa que utilize uma ou mais insígnias, ou que estejam integrados num grupo com área de venda acumulada em funcionamento igual ou superior a 5000 m². No caso de estabelecimentos comerciais grossistas em livre serviço, os limiares a considerar são 5000 m² e 30000 m², respectivamente. Além destas situações, com a Lei 12/2004, passa a estar sujeita a autorização prévia a instalação de qualquer conjunto comercial com área bruta locável igual ou superior a 6000 m².

Os resultados alcançados quanto ao número de pedidos viriam ultrapassar largamente as expectativas existentes aquando da publicação da lei. As autorizações concedidas para o licenciamento comercial ao abrigo da Lei 12/2004 não têm paralelo com qualquer outro período, desde que em 1989 se consagrou a obrigatoriedade de um licenciamento próprio para unidades comerciais consideradas de dimensão relevante.

Para este cenário contribuem vários factores, sintetizados pela Direcção Geral da Empresa em aspectos como os seguintes: (i) a tentativa dos grupos nacionais não perderem quota de mercado para novos grupos, em especial para o discount; (ii) a entrada tardia dos grupos de discount no mercado nacional, procurando rapidamente ganhar dimensão adequada à sua rentabilidade média; (iii) os esforços de reorganização empresarial de unidades já existentes, nomeadamente aumentando os produtos de marca do distribuidor e reduzindo os custos de estrutura. Simultaneamente, verificou-se uma especialização crescente ao nível das insígnias e entrada em novos ramos de actividade, processo que se verificou num número significativo de grupos.

O elevado número de pedidos para novos conjuntos comerciais abrangeu quer centros comerciais tradicionais, quer retail parks e conjuntos formados por vários estabelecimentos pertencentes a um mesmo grupo, ligados por funcionalidades comuns. Nalguns casos houve mesmo entrada de novos operadores, ligados ao sector imobiliário e sem experiência na área, visando a posterior cedência de exploração.

A Dinâmica do Licenciamento Comercial desde a entrada em vigor da Lei 12/2004

No comércio a retalho com predominância alimentar verificou-se que, desde 2004 até Maio de 2006, já se tinham concedido licenças de abertura que correspondiam a uma área total de grandes superfícies superior em quase 5% à área autorizada no período 1997 a 2004 (Tabela 6). Numa análise por distrito os acréscimos de área de venda oscilam entre os 20% e os 60%.

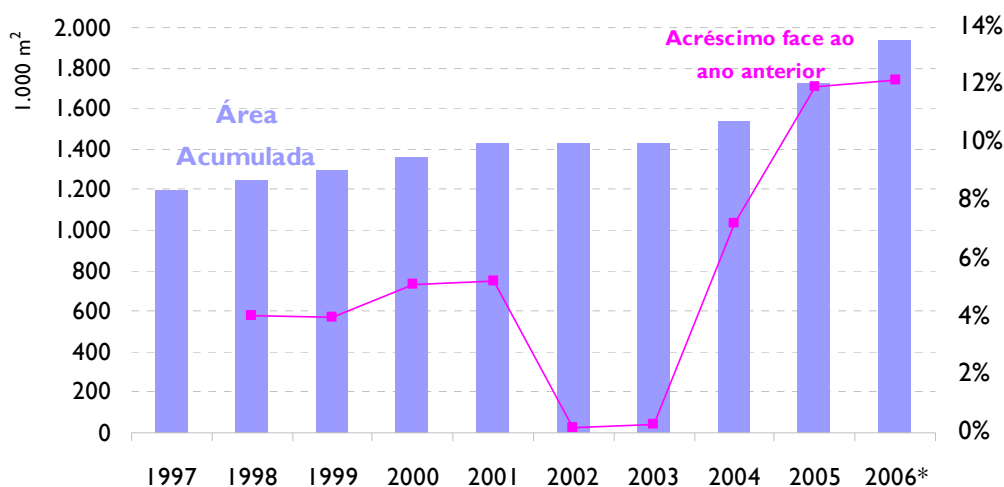
Tabela 6 - Autorizações Grandes Superfícies (m²)

Anos	Alimentar	Não Alimentar	Total
1989-92	177950	19114	197064
1993-97	897230	98911	996141
1997-2004	358694	489889	848583
1997	117173	1233	118406
1998	48342	55747	104089
1999	49566	70201	119767
2000	65810	59014	124824
2001	71275	125559	196834
2002	2505	134659	137164
2003	4023	43239	47262
2004	0	237	237
2004-2006	374826	269161	643987
2004	103849	54254	158103
2005	183470	153362	336832
2006 (5 meses)	87507	61545	149052
Total	1808700	877075	2685775

Fonte: Dados fornecidos pela CCP.

Em termos de área acumulada estes três últimos anos representam um acréscimo de 24%, em relação à situação verificada em 2004 (Gráfico 12), no ramo alimentar e cerca de 40% no retalho não alimentar (Tabela 7).

Gráfico 12 - Autorizações Grandes Superfícies (m2) - Comércio a Retalho Alimentar



Fonte: Dados fornecidos pela CCP.

* Valor previsto para 2006 com base nos valores efectivos para os 5 primeiros meses e assumindo um crescimento linear.

Tabela 7 - Autorizações Grandes Superfícies (m2) - Comércio a Retalho não Alimentar

Anos	Área Acumulada	Acréscimo face ao ano anterior
1997	119258	
1998	175005	46,7
1999	245206	40,1
2000	304220	24,1
2001	429779	41,3
2002	564438	31,3
2003	607677	7,7
2004	662168	9,0
2005	815530	23,2
2006*	963238,003	18,111903

* Valor previsto para 2006 com base nos valores efectivos para os 5 primeiros meses e assumindo um crescimento linear.

Fonte: Dados fornecidos pela CCP.

As novas autorizações registam valores médios anuais que são mais do dobro dos registados ao longo dos 15 anos anteriores e que quase triplicam os valores em metros quadrados concedidos anualmente no âmbito da aplicação do DL 218/97 (Gráfico 13).

No que respeita ao retalho alimentar, é especialmente relevante o peso das unidades de discount, que segundo a Direcção Geral da Empresa foram responsáveis, até ao final de 2006, por 46% dos pedidos e 29% da área de venda solicitada. A taxa de autorizações no retalho alimentar situou-se em 65,4%, em termos do número de unidades, e de 64,8%, em termos de área de venda, com uma área de venda média das unidades autorizadas de

1310 m². Em termos de autorizações, verifica-se de novo o predomínio das unidades de discount, representando 51% do total de unidades autorizadas e 32% da área de venda.

No retalho não alimentar a taxa de autorizações foi mais elevada: 89% em termos do número de unidades e 86% em termos de área de venda.

É ainda de salientar o alargamento da cobertura territorial das unidades licenciadas. Para além dos concelhos onde existiam unidades comerciais abrangidas por anteriores regimes, no âmbito da presente legislação foram autorizadas unidades em mais 25 concelhos, restringindo-se a apenas 26 o número de concelhos em que não existem unidades instaladas.

No comércio por grosso a evolução verificada indicia uma dinâmica bastante mais moderada, uma vez que apenas existiram 7 pedidos de autorização até final de 2006.

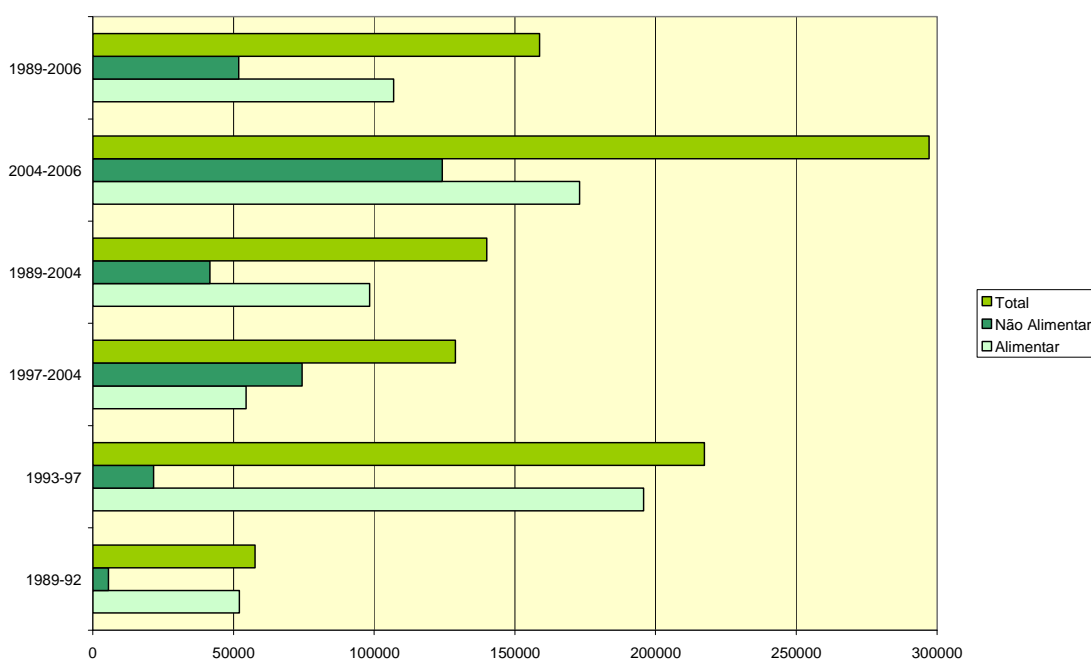
No que respeita a processos indeferidos, há uma notória preponderância de razões exclusivamente relacionadas com a localização e ordenamento, responsáveis por 78% dos indeferimentos. Este valor é particularmente elevado, se considerarmos a complexidade do procedimento de decisão previsto na Lei 12/2004.

A lei explicita que só devem ser autorizados processos com parecer positivo quer na avaliação dos critérios de localização e ordenamento, quer na avaliação de parâmetros relacionados com análise de concorrência, impacto no emprego e nível de integração intersectorial do projecto. Cumulativamente, em cada fase os processos em análise devem ser hierarquizados de acordo com as pontuações obtidas nos três últimos parâmetros. Dos processos com valia mais elevada ainda se deveria proceder à avaliação do contributo da unidade / conjunto comercial para o desenvolvimento sustentável da área de influência considerada, bem como da estrutura comercial às necessidades e condições de vida socio-económicas da população.

Adicione-se a informação de que só no âmbito geográfico da DRE Norte houve recusa de processos com pareceres positivos de localização / ordenamento e com valia económica positiva, por não contribuírem de forma relevante para o desenvolvimento sustentável da área de influência, e por já estar assegurado o equilíbrio entre os formatos e a diversidade dos operadores. Este aspecto leva mesmo a que a Direcção Geral da Empresa considere que a experiência já verificada demonstra que as Comissões não usaram de forma efectiva as faculdades previstas na lei – o que pode ir ao encontro de algumas considerações de representantes do sector do comércio, segundo as quais predomina uma visão imediatista em muitas aprovações, por vezes com contrapartidas para as autarquias, mas sem que uma visão estratégica e sustentada assegure o equilíbrio e coexistência dos diversos formatos comerciais⁶.

⁶ As lacunas do Cadastro Comercial também não auxiliam na tarefa de avaliação rigorosa da necessidade e impacto de novos espaços comerciais em determinada zona ou região.

Gráfico 13 - Áreas Autorizadas de Grandes Superfícies (m²) - Comércio a Retalho – Valores médios anuais por períodos legislativos



Fonte: Dados fornecidos pela CCP.

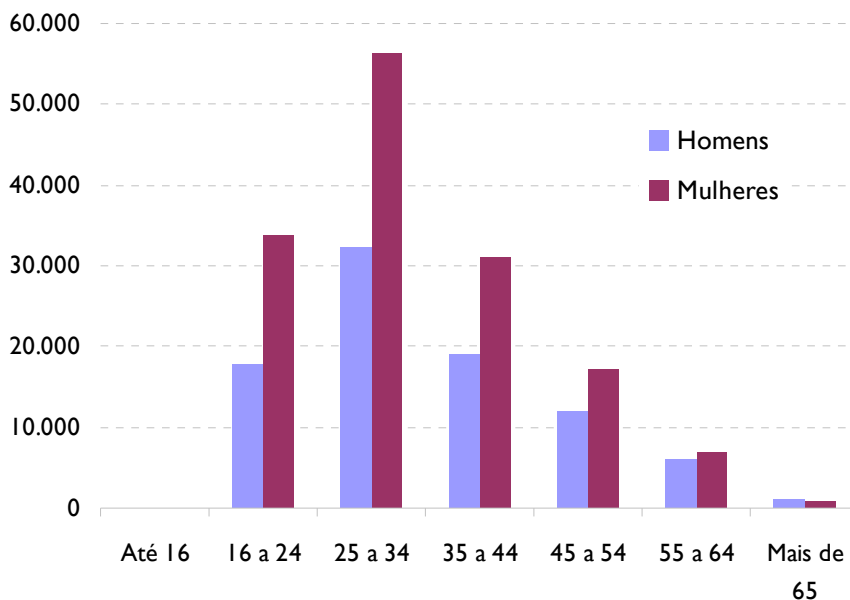
Em matéria de grandes formatos, Portugal, que no início dos anos 90 ocupava a última posição em termos da Europa Comunitária, em 2003 estava já acima da média da UE-15. No ponto 3 olharemos com mais detalhe para a posição de Portugal no contexto internacional.

O Emprego no Comércio

O aumento da oferta comercial que temos vindo a descrever tem um efeito considerável sobre o tecido comercial instalado que é um dos elementos estruturantes do espaço urbano, sendo responsável por cerca de 721 mil postos de trabalho em 2006. Segundo dados do Eurostat, Portugal é mesmo o 4º país da UE-25 em que o peso do comércio a retalho no emprego dos serviços é mais elevado (sendo as três primeiras posições ocupadas por economias de Leste).

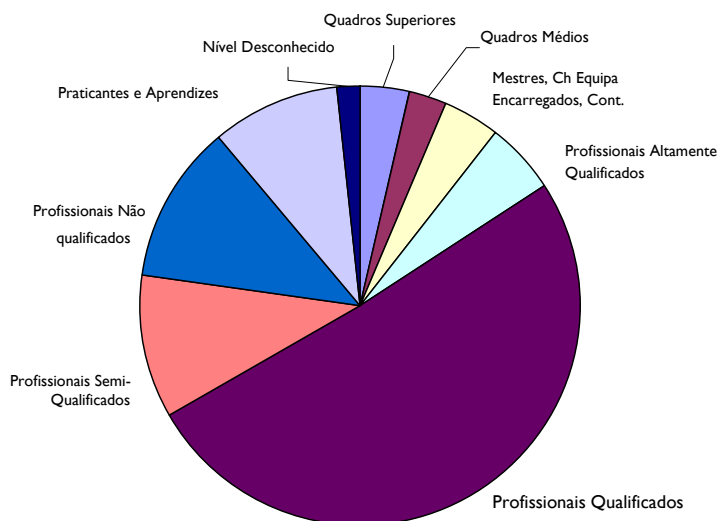
Estes postos de trabalho têm características particulares: o emprego no comércio a retalho em Portugal caracteriza-se por ser jovem, com grande percentagem de mulheres, relativamente qualificado, e com um nível de habilitações onde quase 60% dos trabalhadores tem entre o 9º e o 12º anos.

Gráfico 14 - Número de Trabalhadores por Conta de Outrem no Comércio a Retalho por Grupos Etários



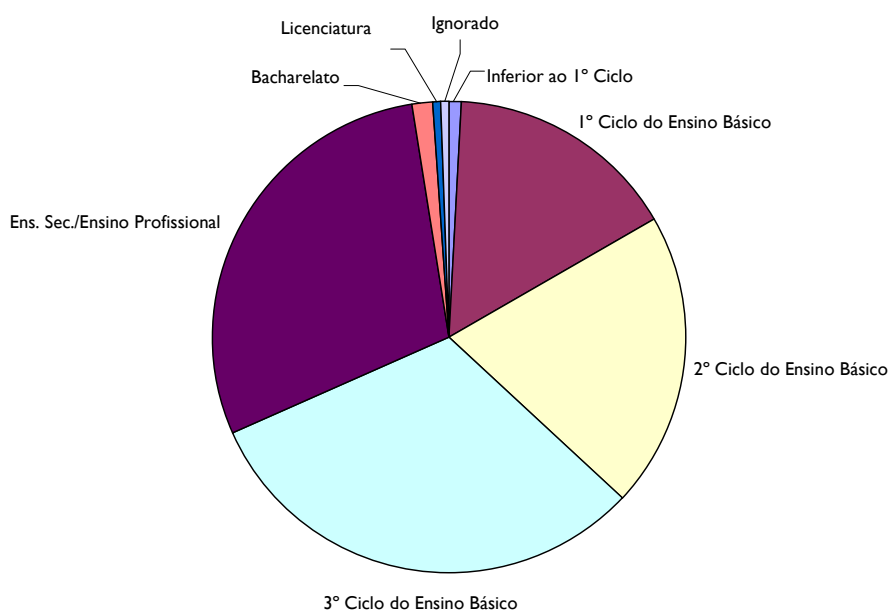
Fonte: Ministério do Emprego e da Solidariedade Social – Quadros do Pessoal.

Gráfico 15 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem segundo os níveis de Qualificação



Fonte: Ministério do Emprego e da Solidariedade Social – Quadros do Pessoal.

Gráfico 16 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem segundo as Habilitações Literárias



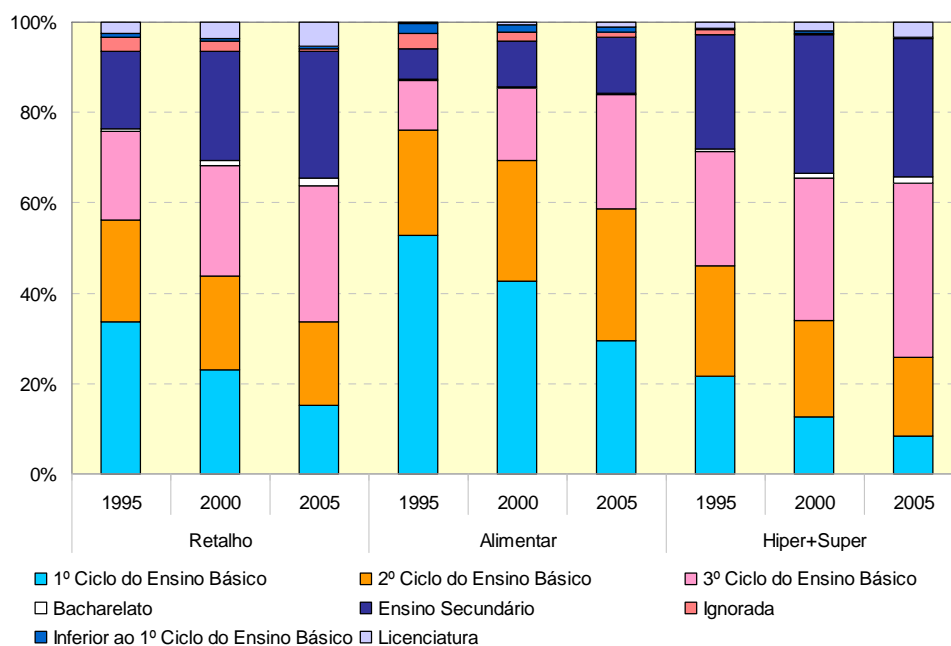
7

Fonte: Ministério do Emprego e da Solidariedade Social – Quadros do Pessoal.

No gráfico seguinte podemos ver a evolução do número de trabalhadores por habilitações literárias. Algumas ilações interessantes podem ser tiradas. Em primeiro lugar podemos ver que no comércio a retalho grande percentagem de empregados tem o 3º ciclo do ensino básico. Se em 1995 esta concentração não era clara podemos constatar que tem vindo a ser reforçada, ocupando uma quota de mais de 30% em 2005 (o que também constitui reflexo do alargamento da escolaridade obrigatória).

No ramo alimentar do comércio a retalho (ramo em que Portugal era em 2003 o segundo país da UE-25 com maior peso no emprego dos serviços, logo a seguir a Espanha, de acordo com dados do Eurostat) as habilitações do pessoal ao serviço são tendencialmente mais baixas. Assim, se em 1995 se assistia a uma concentração clara de empregados com apenas o primeiro ciclo do ensino básico, em 2005 assistimos a uma distribuição quase equitativa entre os três ciclos do ensino obrigatório. Esta situação assume uma nova perspectiva se atentarmos na situação dos supermercados e hipermercados. Aqui, a concentração é feita sobretudo no 3º ciclo e no secundário (embora se note um acréscimo do 3º ciclo em detrimento de trabalhadores com o 12º ano de escolaridade). Esta distribuição de pessoal ao serviço nestes dois formatos, quando comparada com a distribuição no comércio a retalho (ramo alimentar), sugere que os formatos mais tradicionais têm um conjunto de trabalhadores ao serviço com habilitações académicas abaixo da média do comércio.

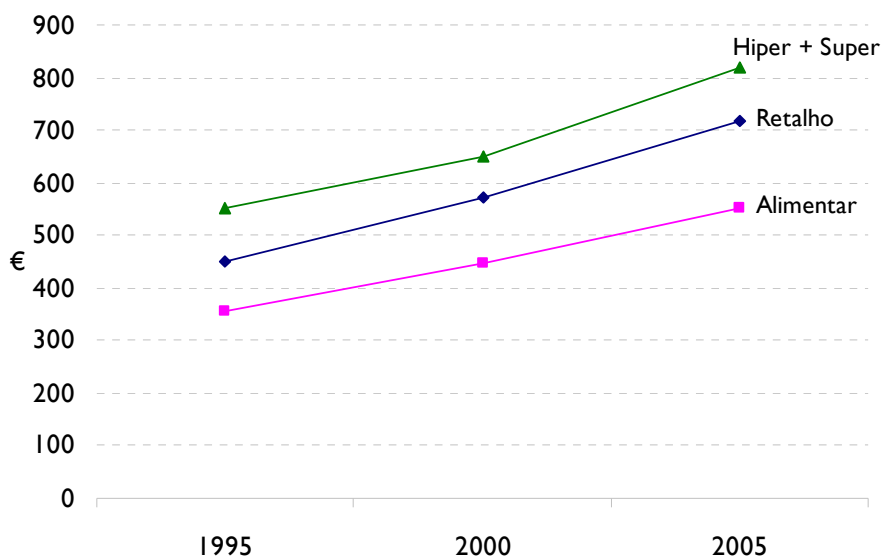
Gráfico 17 - Número de Trabalhadores ao Serviço por Habilitações Académicas



Fonte: Ministério do Emprego e da Solidariedade Social – Quadros do Pessoal.

No gráfico seguinte podemos ver que, a par com o maior nível de habilitações, as remunerações médias oferecidas no comércio alimentar nos supermercados ou hipermercados se encontram acima da média do sector. O comércio a retalho ramo alimentar não só apresenta remunerações abaixo das remunerações médias do comércio a retalho como tem vindo, progressivamente, a afastar-se.

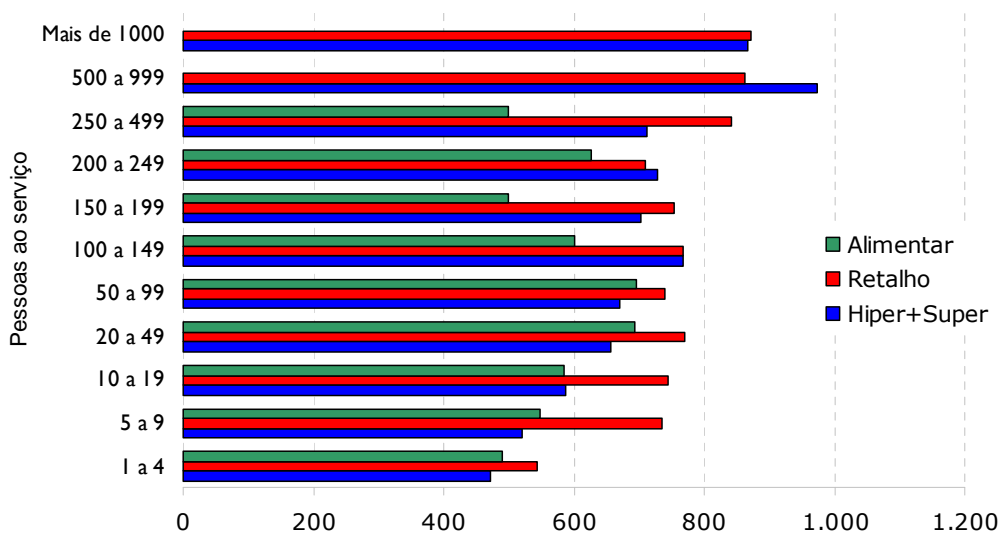
Gráfico 18 - Evolução das Remunerações Médias Mensais por tipo de Actividade



Fonte: Ministério do Emprego e da Solidariedade Social – Quadros do Pessoal.

Podemos ainda ver que, tomando o escalão de pessoas ao serviço como um indicador da dimensão do estabelecimento, existe alguma relação entre esta dimensão e as remunerações médias auferidas.

Gráfico 19 - Remunerações Médias por escalão de Pessoas ao Serviço – 2005



Fonte: Ministério do Emprego e da Solidariedade Social – Quadros do Pessoal.

Em comparação com as características da força de trabalho na UE constata-se, contudo, algumas distinções relevantes:

- Portugal é um dos países em que o peso do emprego em *part-time* no comércio a retalho é mais reduzido (9.3% face a 30.2% na média da UE-25, de acordo com dados do Eurostat de 2005);
- Por outro lado, na estrutura etária do emprego no comércio destaca-se o substancial peso dos trabalhadores com mais de 50 anos – mais de 1/4 do total em Portugal, face a uma média comunitária de 1/5. Em eventuais situações de desemprego, estes trabalhadores encontrarão certamente maiores dificuldades de colocação noutras actividades.

Como se evidenciou em capítulo anterior, a evolução do emprego/desemprego em Portugal vem constituindo desde o início do século um dos domínios mais sensíveis da evolução macroeconómica – basta evidenciar que desde 2001 o desemprego duplicou. Os dados recentes continuam a não indiciar uma alteração de tendência: verificou-se no 3º trimestre deste ano uma redução de -0.5% face ao 2º trimestre, sendo a indústria transformadora e os outros serviços (em que se inclui o comércio a retalho) os sectores que mais contribuíram para esta redução. Comércio, restaurantes e hotéis registaram em 2006 uma redução do emprego de -1,7% face ao ano anterior, mantendo-se esta tendência no ano corrente⁷.

Esta evolução ajuda a compreender o argumento sistemático de responsáveis do sector do comércio, de que a disseminação de espaços comerciais de dimensão relevante estará a contribuir fortemente para uma redução líquida de postos de trabalho, numa proporção que a CCP estima em 4 postos de trabalho eliminados por cada um que é criado. Evolução que tende a alimentar o crescimento acelerado do desemprego de longa duração, em que predominam activos com menores níveis de qualificação.

Em contrapartida, os dados estatísticos apresentados neste subcapítulo poderiam fazer crer que se estará a processar uma recomposição gradual do emprego no comércio, em termos de qualificações, além de se estarem a criar postos de trabalho com maiores níveis de remuneração. Mas mesmo aqui há que entrar em consideração com duas precauções de monta:

- O facto de haver predominância crescente de contratos de trabalho a termo certo ou em regime de prestação de serviços;
- Por serem mais recentes, ser natural que as grandes superfícies tenham um perfil de trabalhadores com melhores qualificações, enquanto o comércio tradicional, em muitos casos com unidades em funcionamento há décadas, tem em média trabalhadores menos qualificados, pelo menos no que respeita ao percurso no sistema formal de ensino⁸.

⁷ Banco de Portugal, Boletim Mensal de Actividade Económica – Setembro de 2007.

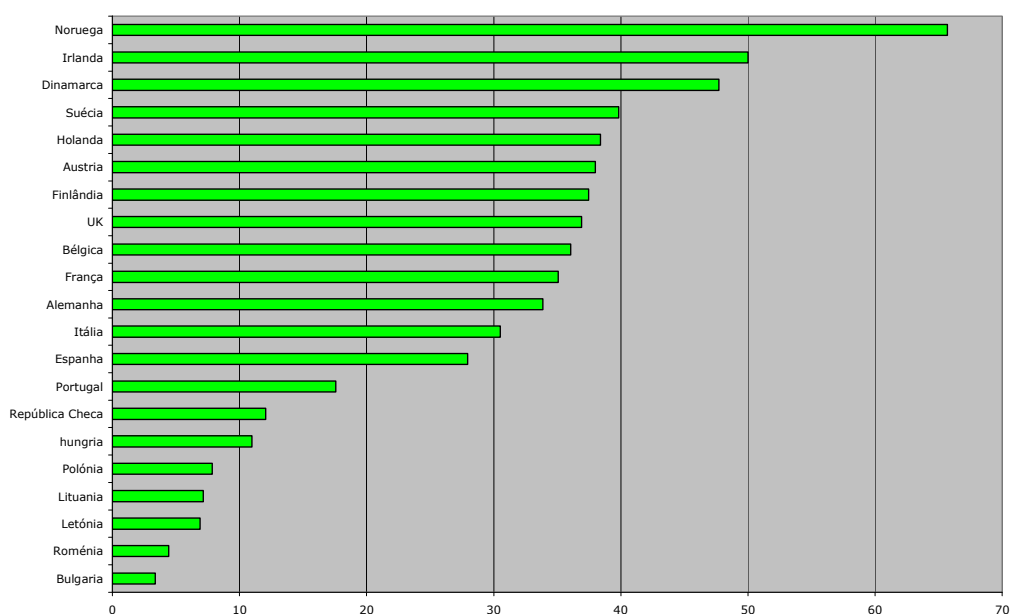
⁸ Confirmar esta hipótese obrigaria a uma análise de informação em que constassem as qualificações dos trabalhadores, a antiguidade dos estabelecimentos e a respectiva dimensão. Não tivemos acesso a estatísticas com este nível de detalhe.

4

O posicionamento internacional

No conjunto dos 21 países apresentados Portugal tem um dos mais baixos PIB per capita (estamos apenas à frente dos países de leste e atrás de todos os países da Europa a 14⁹) revelando claramente a debilidade com que vivemos do lado da procura interna.

Gráfico 20 - PIBpc milhares USD em 2005

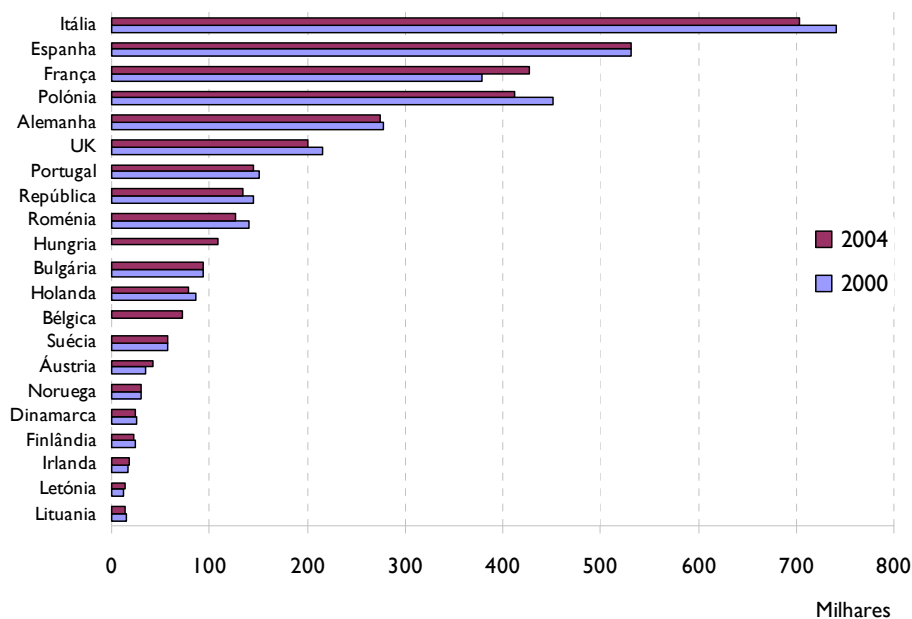


Fonte: IMF World Economic Outlook, database April 2007.

Olhando para as os gráficos 21 e 22 vemos que, do ponto de vista da oferta comercial, a nossa posição sobe alguns degraus. Assim, se estamos em 15º lugar em termos de número de empresas no comércio a retalho, chegamos à 13ª posição em termos de pessoal ao serviço. A nossa posição chega mesmo ao pelotão da frente se olharmos para os números em termos de densidade comercial.

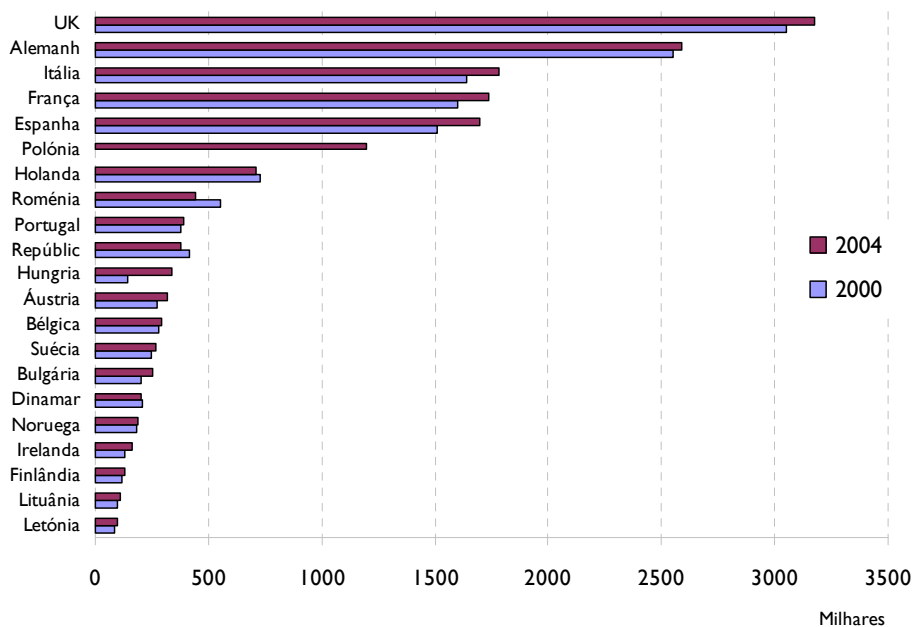
⁹ Excluiu-se a Grécia por motivos de consistência nos dados.

Gráfico 21 - Número de empresas no comércio a retalho (excepto ramo automóvel)



Fonte: Eurostat. Ano: 2004.

Gráfico 22 - Número de pessoas ao serviço no comércio a retalho (excepto ramo automóvel)

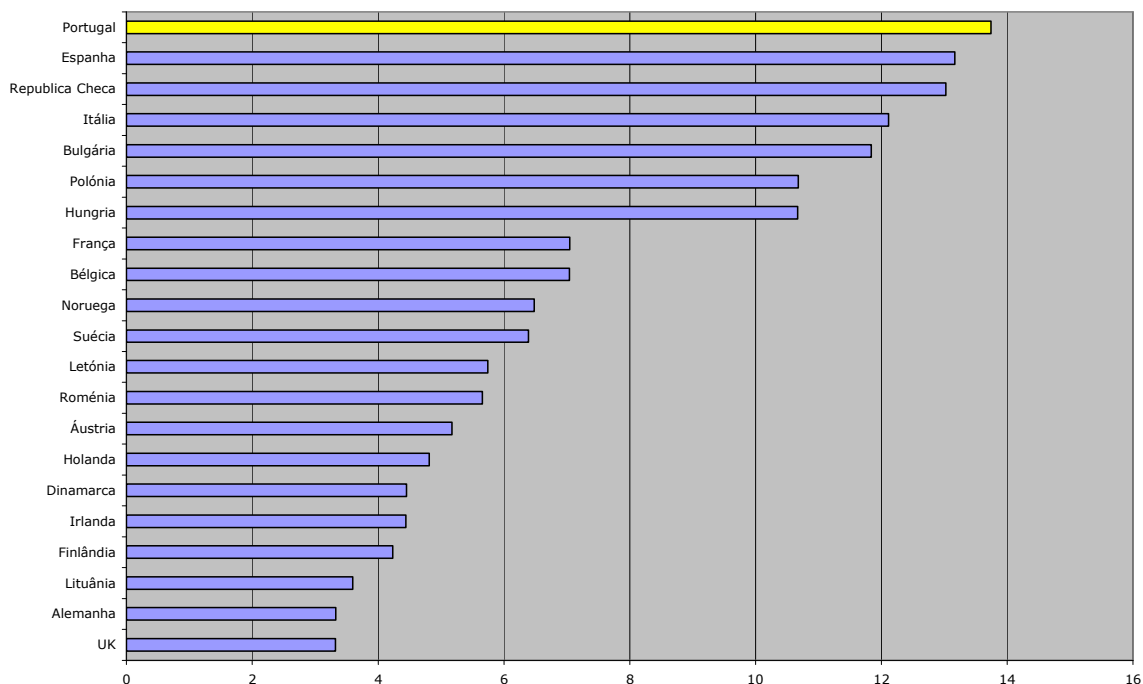


Fonte: Eurostat. Ano: 2004.

Os gráficos seguintes mostram claramente o posicionamento de Portugal em termos de número de estabelecimentos por 1000 habitantes e por metro quadrado, revelando de

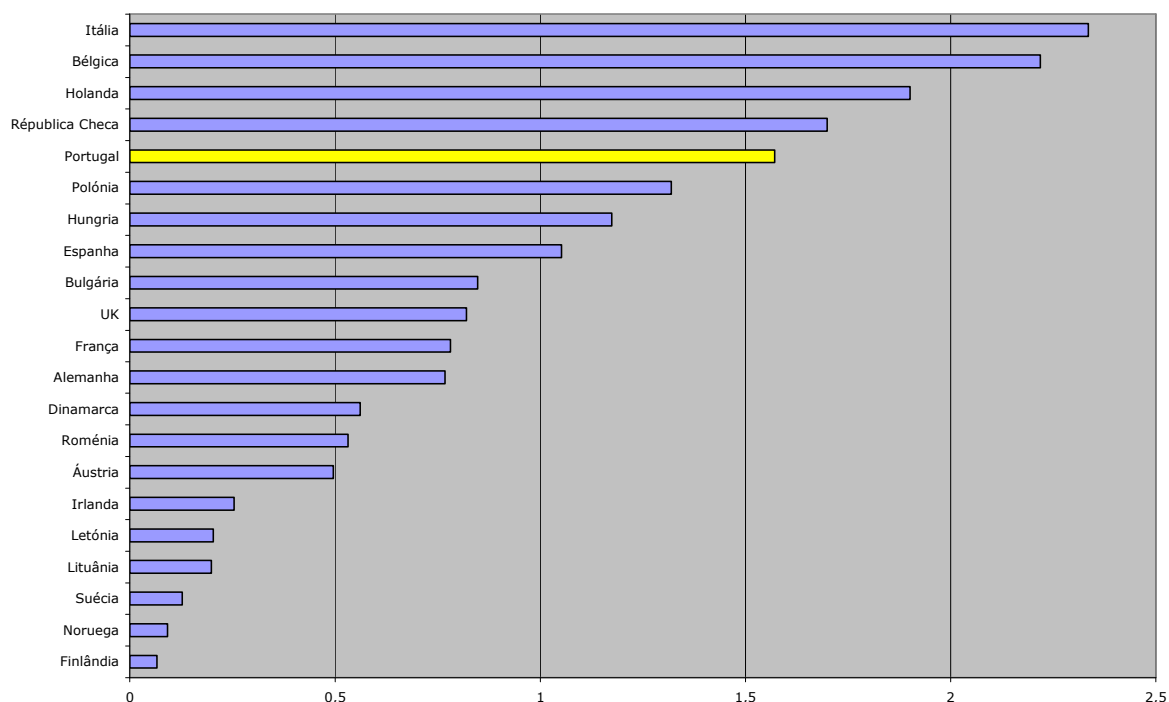
forma cabal a elevada densidade comercial do sector. Os dados apontam para a existência de um número bastante elevado de pequenas empresas. O elevadíssimo número de empresas por metro quadrado só é de facto viável se estas forem de baixíssima dimensão. Esta concentração de empresas em escalões de área baixos vai de encontro aos dados apresentados no anexo 5, e encontra correspondência, embora em menor grau, em muitos dos países da UE.

Gráfico 23 - Número de Empresas por 1000 habitantes



Fonte: Eurostat. Ano: 2004.

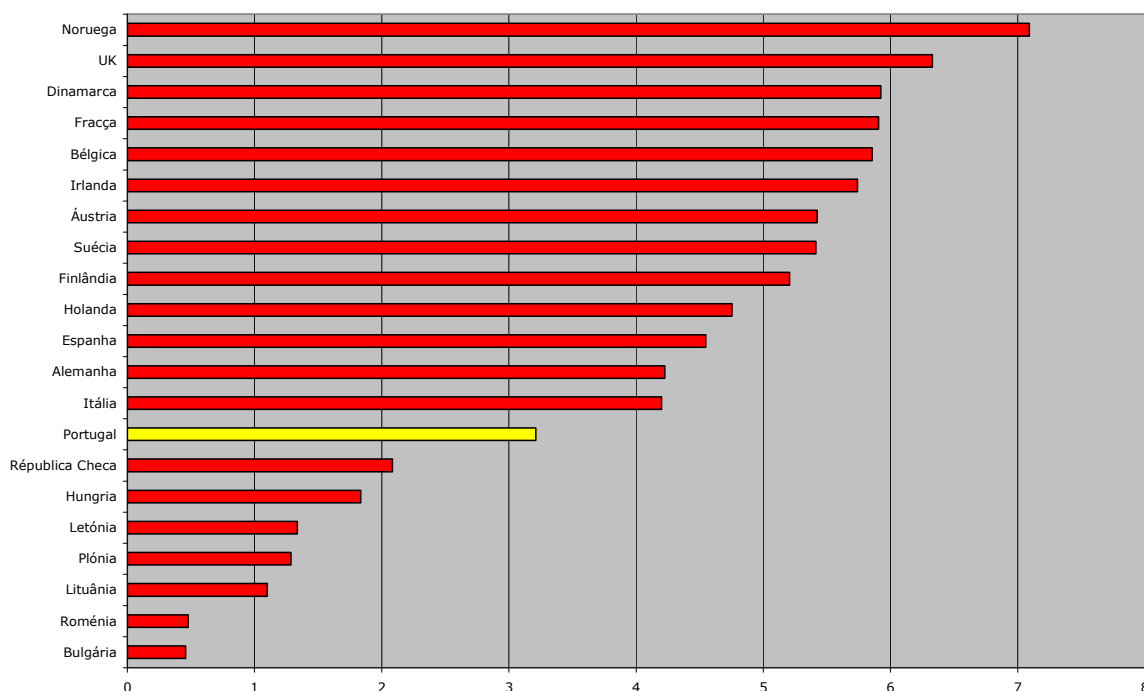
Gráfico 24 - Número de Empresas por km2 (Área Geográfica de cada país)



Fonte: Eurostat; Ano: 2004.

Esta sobredimensionada oferta comercial não apresenta a melhor das performances no que diz respeito ao volume de vendas. Se em termos absolutos estamos em 11º lugar, quando olhamos para o volume de vendas por 1000 habitantes vemos que o desempenho médio das empresas portuguesas dedicadas ao comércio a retalho nos atira para a 14ª posição. A facturação média das lojas portuguesas apresenta um pior desempenho, em termos internacionais, quanto menor é a sua dimensão média: entre 13 países da UE, em termos de facturação por m², as lojas portuguesas ocupam o 5º lugar no escalão de lojas com dimensão superior a 2500 m², o 8º lugar no escalão de 1000 a 2500 m², o 10º lugar no escalão de 400 a 1000 m² e apenas a 12ª posição no caso de lojas de dimensão inferior a 400 m², com vendas de €1700 por m² (Nielsen, 2007). Dados mais antigos do Eurostat, relativos à UE-25, colocavam-nos também nas últimas posições, nestes indicadores.

Gráfico 25 - Turnover por 1000 habitantes



Fonte: Eurostat. Ano: 2004

Especificamente no que respeita ao retalho alimentar, verifica-se que mais de 2/3 da facturação em Portugal está concentrada em 5 organizações: Lidl, Auchan, Feira Nova / Pingo Doce, Intermarché / Ecomarché e Modelo Continente (Nielsen, 2007). Também aqui se acompanha, aliás a tendência de vários países da UE, mas de forma menos acentuada do que em algumas economias mais fortes do Centro e Norte da Europa. Esta concentração é, porém, mais relevante do que a verificada em economias mais “próximas”, atingindo 62.6% em Espanha, 46.7% na Grécia e 42.8% em Itália. Não sendo de ignorar que a situação portuguesa reflecte uma substancial alteração da oferta comercial, num período reduzido, de pouco mais do que uma década.

Se olharmos para as áreas instaladas de grandes superfícies, ponderadas pela população residente e pelo respectivo poder de compra, tornamos a estar no pelotão da frente da União Europeia com um valor para Portugal de 209.3 (Tabela 8).

Tabela 8 - Comércio a Retalho com predominância alimentar (unidades com pelo menos 400m2)

Países	(m2/1000hab.) / Índice de Poder de Compra
Finlândia	342,6
Dinamarca	287,2
França	241,5
Bélgica	215,7
Áustria	214,3
Portugal	209,3
Espanha	207,5
Reino Unido	174,5
Holanda	168,9
Itália	158,8
Grécia	157,4
Irlanda	138,6
Média	195,6

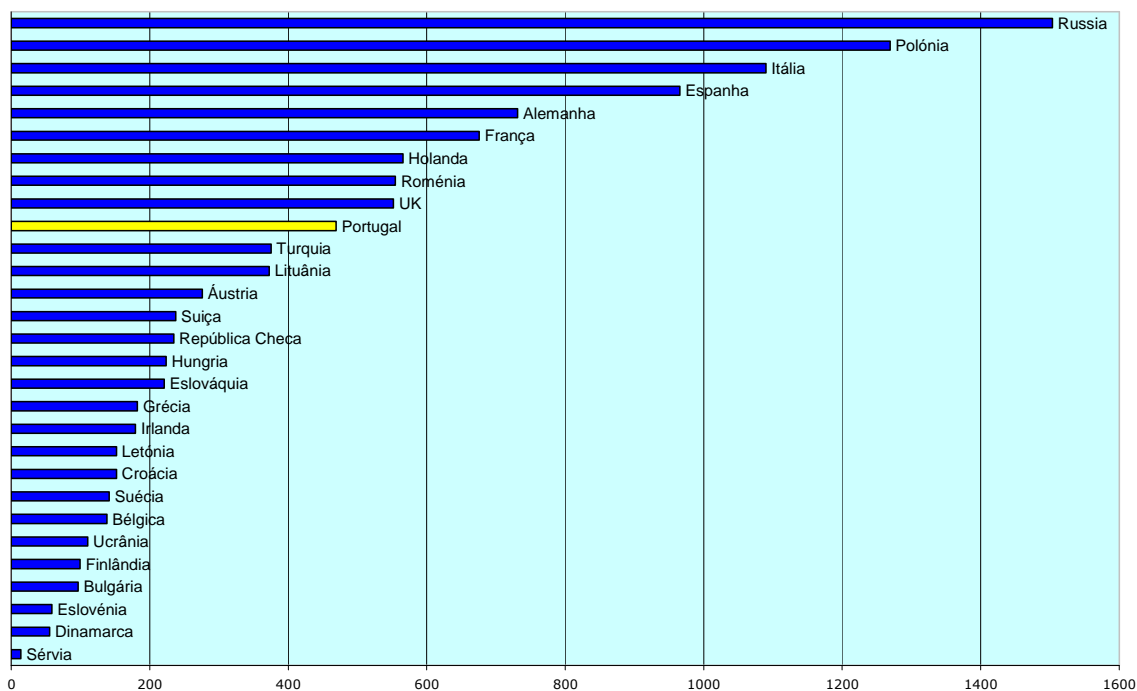
Fonte: Dados fornecidos pela CCP.

Entretanto, já se licenciou mais 375 mil m2 no comércio a retalho ramo alimentar reforçando, claramente, o quadro que tem vindo a ser descrito.

Se adicionarmos a todos estes factos os horários de abertura das grandes superfícies (cerca de 90 horas semanais em Portugal – o que representa cerca de 30% a mais do que a média europeia) reforça-se a ideia de uma oferta efectiva muito acima da registada na generalidade dos países da Europa.

Os centros comerciais merecem um particular destaque uma vez que se estima que na Europa se montem, em 2007, cerca de 7,4 milhões de metros quadrados de área bruta locável. Estas áreas são distribuídas pelos vários países com uma grande incidência nos mercados mais emergentes. Portugal, num conjunto de 29 países, ocupa o 10º lugar na área bruta locável prevista para o ano de 2007.

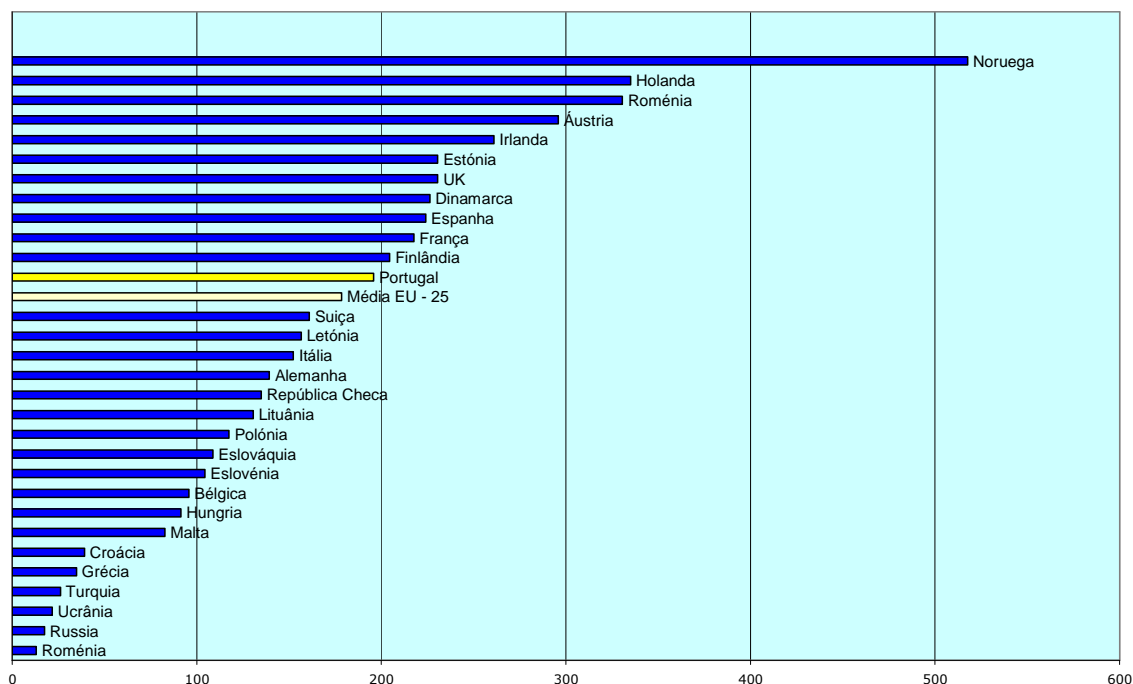
Gráfico 26 - Novos Centros Comerciais previstos para 2007 (ABL 1000m2)



Fonte: Cushman & Wakefield – European Shopping Centres, October 2006.

Se analisarmos a situação em 2006 vemos que Portugal já se encontrava ligeiramente acima da média da UE-25 em termos de ABL por 1000 habitantes.

Gráfico 27 - Centros Comerciais – ABL por 1000 habitantes em 2006



Fonte: Cushman & Wakefield – European Shopping Centres, October 2006.

O aumento previsto para 2007 virá, certamente, reforçar a posição de Portugal como um dos países da Europa com mais ABL *per capita*.

5

Conclusão

A economia portuguesa continua a evidenciar um baixo nível de crescimento tendencial, inferior ao verificado na área do euro há seis anos consecutivos. Mantém-se um cenário de procura potencial débil, em que as restrições orçamentais intertemporais dos agentes permanecem activas, e em que a conjugação do binómio baixo nível de poupança das famílias / acesso mais restritivo ao crédito, implica uma necessária moderação do consumo.

Neste contexto, a contínua e acelerada expansão da oferta comercial verificada nos últimos anos, estimulada pela entrada em vigor da Lei 12/2004, parece pecar por excesso, a não ser que ocorra uma inversão da trajectória de baixo crescimento verificada nos últimos anos – o que não se afigura credível, se atentarmos nas últimas previsões da Comissão Europeia e do FMI, que revêem em baixa o crescimento do PIB para 2008, quer na área do euro, quer em Portugal¹⁰.

Embora estejamos cientes de que o impacto da nova legislação ainda não pode ser completamente avaliado, os números já existentes, bem como algumas previsões, permitem traçar um quadro provável para a evolução do comércio em Portugal Continental.

Assim, temos um número de estabelecimentos notoriamente elevado quando comparado com a média europeia. Até ao momento, o tecido empresarial caracteriza-se por estabelecimentos pequenos mas com tendência para concentração crescente nas áreas maiores e nos conjuntos comerciais. Olhando para a densidade por habitante ou por metro quadrado, a posição cimeira de Portugal torna-se ainda mais flagrante. Caminhamos assim no sentido de nos tornarmos um país cada vez mais denso na sua oferta comercial, com um tecido a tender claramente para as grandes superfícies. Mas o dado mais crítico será, porventura, o facto de o avolumar da oferta comercial não ser acompanhado pelo consequente aumento do volume de vendas no sector – o que “asfixia” unidades de menor dimensão, eventualmente mais débeis em termos de estrutura financeira, mas também contribui para a existência de conjuntos comerciais recentes com desempenho económico-financeiro aquém do esperado.

Por enquadrar unidades e grupos extremamente díspares, que não são relevantes na mesma proporção para efeitos de avaliação da concorrencialidade, à Lei 12/2004 é

¹⁰ As previsões das duas instituições para Portugal apontam para 2% e 1,8%, respectivamente.

frequentemente apontada uma crítica de abrangência excessiva. Contudo, o principal aspecto a rever¹¹ relaciona-se com uma melhor apreciação do impacto urbano-comercial da instalação de conjuntos comerciais no centro urbano / concelho em que se instalam, por exemplo procurando soluções em que funcionem como âncora do comércio tradicional, integrando-os na malha urbana existente. Para tal pode contribuir a revisão do peso equitativo dos três critérios de avaliação actualmente considerados – concorrencialidade, emprego e aprovisionamento – bem como uma utilização mais exhaustiva das faculdades previstas na lei, em termos do procedimento de decisão. Isto para que se possa compatibilizar uma tendência de “modernização” da oferta comercial com a dinamização do comércio de proximidade¹², de modo a que verdadeiramente ocorra a “coexistência e equilíbrio dos vários formatos comerciais” preconizada na Lei 12/2004 – permitindo assegurar a função principal do comércio a retalho, de interface entre os diversos tipos de produtores e de consumidores.

¹¹ Segundo a Direcção Geral da Empresa.

¹² Para a qual podem contribuir aspectos como a aproximação da oferta de produtos às necessidades dos clientes, atendimento personalizado, entregas ao domicílio e aposta contínua em produtos frescos de qualidade.

Anexos

Anexo I – Dados Económicos de Conjuntura

Taxa de desemprego

	1.º Trimestre de 2007			4.º Trimestre de 2006			4.º Trimestre de 2005			4.º Trimestre de 2004			4.º Trimestre de 2003			4.º Trimestre de 2002			4.º Trimestre de 2001			4.º Trimestre de 2000					
	Sexo			Sexo			Sexo			Sexo			Sexo			Sexo			Sexo			Sexo					
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Portugal	8,4	7,1	9,9	8,2	7	9,6	8	7	9,2	7,1	6,3	7,9	6,5	5,6	7,5	6,1	4,9	7,5	4,1	3,3	5	3,7	2,9	4,7			
Continente	8,5	7,1	10	8,3	7,1	9,7	8,2	7,1	9,3	7,2	6,5	8	6,6	5,8	7,6	6,2	5	7,6	4,2	3,4	5,1	3,7	2,9	4,7			
Região Autónoma dos Açores	4,7 §	3,3 §	6,8 §	4,0 §	2,8 §	6,0 §	4,4 §	3,8 §	5,3 §	3,0 §	1,4 §	5,7 §	3,3 §	2,1 §	5,4 §	2,5 §	1,6 §	4,0 §	2,2 §	1,3 §	3,7 §	2,4 §	0,9 §	5,0 §			
Região Autónoma da Madeira	6,9	7,0 §	6,8 §	5,8 §	4,5 §	7,4 §	5,1 §	5,1 §	5,0 §	3,5 §	3,2 §	3,7 §	3,7 §	2,7 §	4,9 §	2,2 §	1,5 §	3,1 §	2,4 §	2,1 §	2,8 §	3,2 §	3,2 §	3,2 §			

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Indicador de Clima Económico

	Jun-07	Jun-06	Jun-05	Jun-04	Jun-03	Jun-02	Jun-01	Jun-00
Portugal	1,4	0,2	0	0,5	-1,4	1,7	3,4	3,6

Fonte: Indicadores de Conjuntura INE

Anexo 2 – Pessoas ao serviço e Estabelecimentos no Comércio a Retalho

Distritos	Pessoas ao serviço	%	Estabelecimentos	%	Nº de Estab. 1000 hab.
Aveiro	12912	8	11856	6,6	16,61
Beja	1087	0,7	4888	2,7	30,32
Braga	7384	4,6	11435	6,3	13,75
Bragança	875	0,5	1789	1	12,02
Castelo Branco	1724	1,1	5094	2,8	24,48
Coimbra	5613	3,5	8321	4,6	18,85
Évora	1634	1	4239	2,4	24,45
Faro	5042	3,1	8912	4,9	22,55
Guarda	908	0,6	3713	2,1	21,37
Leiria	4760	2,9	8498	4,7	18,49
Lisboa	57211	35,4	37926	21	17,75
Portalegre	1386	0,9	3545	2	27,91
Porto	37929	23,5	24725	13,7	13,87
Santarém	8129	5	8989	5	18,91
Setúbal	7511	4,6	18326	10,2	23,24
Viana do Castelo	2160	1,3	5.846	3,2	23,35
Vila Real	1530	0,9	3786	2,1	16,92
Viseu	3812	2,4	8304	4,6	21,03
Total	161607	100	180192	100	18,23

Fonte: Estatísticas do Cadastro Comercial, Dezembro de 2006 DGE

Anexo 3 – Índice de Poder de Compra Distrital

Distritos	Índice de Poder de Compra per capita[1]	Nº de Estab. 1000 Hab.
Aveiro	126,29	16,61
Beja	101,02	30,32
Braga	109,98	13,75
Bragança	97,86	12,02
Castelo Branco	98,76	24,48
Coimbra	136,7	18,85
Évora	111,91	24,45
Faro	139,05	22,55
Guarda	89,88	21,37
Leiria	95,35	18,49
Lisboa	220,19	17,75
Portalegre	95,8	27,91
Porto	176,62	13,87
Santarém	96,15	18,91
Setúbal	127,74	23,24
Viana do Castelo	84,07	23,35
Vila Real	91,63	16,92
Viseu	91,58	21,03
Continente	100	18,23

[1] Fonte: CEVAL – Conselho empresarial dos vales do Lima e Minho, <http://www.ceval.pt/CEVALweb/displayconteudo.do2?numero=18870>

Anexo 4 - Número de Estabelecimentos no Comércio a Retalho

Distritos	2004	2005		2006			
	n°	n°	Variação		n°	Variação	
Aveiro	11497	11656	159	1,4	11856	200	1,7158545
Beja	4768	4826	58	1,2	4888	62	1,2847078
Braga	11049	11226	177	1,6	11435	209	1,8617495
Bragança	1707	1730	23	1,3	1789	59	3,4104046
Castelo Branco	4972	5013	41	0,8	5094	81	1,6157989
Coimbra	8094	8191	97	1,2	8321	130	1,5871078
Évora	4169	4194	25	0,6	4239	45	1,0729614
Faro	8707	8819	112	1,3	8912	93	1,0545413
Guarda	3613	3657	44	1,2	3713	56	1,5313098
Leiria	8265	8343	78	0,9	8498	155	1,8578449
Lisboa	37377	37645	268	0,7	37926	281	0,7464471
Portalegre	3485	3512	27	0,8	3545	33	0,9396355
Porto	24036	24370	334	1,4	24725	355	1,4567091
Santarém	8758	8857	99	1,1	8989	132	1,4903466
Setúbal	18009	18131	122	0,7	18326	195	1,075506
Viana do Castelo	5720	5776	56	1,0	5846	70	1,2119114
Vila Real	3644	3695	51	1,4	3786	91	2,4627876
Viseu	8034	8137	103	1,3	8304	167	2,0523534
Portugal Cont.	175904	177778	1874	1,1	180192	2414	1,3578733

Fonte: Estatísticas do Cadastro Comercial, Dezembro de 2006 - DGE

Anexo 5 - Número de Estabelecimentos Retailistas por Distritos segundo Escalões de Área de Exposição e Venda (m2) -

Valor absoluto

Distritos	<50			50 a 119			120 a 199			200 a 399			400 a 999			1000 a 1499			1500 a 2499			>2500			Total		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Aveiro	2000	2049	2188	2331	2436	2550	672	690	715	463	481	492	230	233	245	55	58	61	38	41	42	33	33	33	5822	6021	6326
Beja	2095	2136	2179	903	922	941	180	194	206	153	156	157	70	75	75	22	25	25	7	7	7	7	7	7	3437	3522	3597
Braga	2467	2512	2579	2534	2633	2733	697	721	752	444	459	481	208	219	227	59	65	65	46	52	52	20	19	19	6475	6680	6908
Bragança	251	264	284	319	326	358	106	110	116	89	92	98	55	54	55	8	9	9	8	8	8	8	8	8	844	871	936
Castelo Branco	1598	1622	1676	1001	1082	1063	206	212	216	134	142	146	71	72	83	23	23	23	17	17	18	4	4	4	3054	3174	3229
Coimbra	1872	1908	1978	1359	1422	1460	347	361	375	247	253	271	131	138	151	31	32	34	25	25	27	29	29	29	4041	4168	4325
Évora	1561	1580	1606	697	717	741	163	166	172	106	110	118	68	74	75	12	14	18	6	6	6	9	9	10	2622	2676	2746
Faro	2026	2080	2197	1789	1845	1895	495	511	530	372	374	380	199	203	214	26	28	29	31	32	33	29	30	31	4967	5103	5309
Guarda	899	910	919	773	800	839	205	203	222	115	119	125	72	74	74	14	16	16	12	12	12	8	8	7	2098	2142	2214
Leiria	1339	1388	1448	1330	1358	1433	374	382	404	304	314	335	200	205	212	54	56	57	34	38	38	28	28	29	3663	3769	3956
Lisboa	9887	9994	10063	5654	5727	5947	1472	1519	1576	1264	1306	1355	734	748	754	162	162	165	113	122	122	91	95	95	19377	19673	20077
Portalegre	1435	1440	1482	712	728	745	156	158	160	126	132	136	59	60	59	9	10	10	12	13	19	5	5	4	2514	2546	2615
Porto	4703	4804	4938	4210	4383	4553	1142	1209	1262	864	897	940	481	504	509	121	133	136	100	108	108	55	62	61	11676	12100	12507
Santarém	2231	2272	2180	1765	1823	1876	431	458	471	319	330	340	186	198	202	44	43	46	25	27	27	21	24	24	5022	5175	5166
Setúbal	6370	6436	6536	3389	3479	3555	720	743	770	511	527	545	258	273	273	66	66	70	56	57	57	31	31	31	11401	11612	11837
Viana do Castelo	1572	1595	1616	1398	1435	1480	337	343	348	194	200	206	92	96	100	17	18	17	17	19	19	6	6	6	3633	3712	3792
Vila Real	976	989	1022	851	883	923	191	199	208	138	143	153	39	62	69	7	8	8	14	14	14	5	5	5	2221	2303	2402
Viseu	2458	2497	2543	2000	2052	2140	459	481	509	336	352	368	144	152	160	30	29	30	28	29	30	17	16	16	5472	5608	5796
Portugal Cont.	45740	46476	47434	33015	34051	35232	8353	8660	9012	6179	6387	6646	3297	3440	3537	760	795	819	589	627	639	406	419	419	98339	100855	103738

Fonte: Estatísticas do Cadastro Comercial, Dezembro de 2006 - DGE

Percentagem do total

Distritos	<50			50 a 119			120 a 199			200 a 399			400 a 999			1000 a 1499			1500 a 2499			>2500		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Aveiro	34,4	34,0	34,6	40,0	40,5	40,3	11,5	11,5	11,3	8,0	8,0	7,8	4,0	3,9	3,9	0,9	1,0	1,0	0,7	0,7	0,7	0,6	0,5	0,5
Beja	61,0	60,6	60,6	26,3	26,2	26,2	5,2	5,5	5,7	4,5	4,4	4,4	2,0	2,1	2,1	0,6	0,7	0,7	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Braga	38,1	37,6	37,3	39,1	39,4	39,6	10,8	10,8	10,9	6,9	6,9	7,0	3,2	3,3	3,3	0,9	1,0	0,9	0,7	0,8	0,8	0,3	0,3	0,3
Bragança	29,7	30,3	30,3	37,8	37,4	38,2	12,6	12,6	12,4	10,5	10,6	10,5	6,5	6,2	5,9	0,9	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Castelo Branco	52,3	51,1	51,9	32,8	34,1	32,9	6,7	6,7	6,7	4,4	4,5	4,5	2,3	2,3	2,6	0,8	0,7	0,7	0,6	0,5	0,6	0,1	0,1	0,1
Coimbra	46,3	45,8	45,7	33,6	34,1	33,8	8,6	8,7	8,7	6,1	6,1	6,3	3,2	3,3	3,5	0,8	0,8	0,8	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7
Évora	59,5	59,0	58,5	26,6	26,8	27,0	6,2	6,2	6,3	4,0	4,1	4,3	2,6	2,8	2,7	0,5	0,5	0,7	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4
Faro	40,8	40,8	41,4	36,0	36,2	35,7	10,0	10,0	10,0	7,5	7,3	7,2	4,0	4,0	4,0	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Guarda	42,9	42,5	41,5	36,8	37,3	37,9	9,8	9,5	10,0	5,5	5,6	5,6	3,4	3,5	3,3	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,5	0,4	0,4	0,3
Leiria	36,6	36,8	36,6	36,3	36,0	36,2	10,2	10,1	10,2	8,3	8,3	8,5	5,5	5,4	5,4	1,5	1,5	1,4	0,9	1,0	1,0	0,8	0,7	0,7
Lisboa	51,0	50,8	50,1	29,2	29,1	29,6	7,6	7,7	7,8	6,5	6,6	6,7	3,8	3,8	3,8	0,8	0,8	0,8	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5
Portalegre	57,1	56,6	56,7	28,3	28,6	28,5	6,2	6,2	6,1	5,0	5,2	5,2	2,3	2,4	2,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,7	0,2	0,2	0,2
Porto	40,3	39,7	39,5	36,1	36,2	36,4	9,8	10,0	10,1	7,4	7,4	7,5	4,1	4,2	4,1	1,0	1,1	1,1	0,9	0,9	0,9	0,5	0,5	0,5
Santarém	44,4	43,9	42,2	35,1	35,2	36,3	8,6	8,9	9,1	6,4	6,4	6,6	3,7	3,8	3,9	0,9	0,8	0,9	0,5	0,5	0,5	0,4	0,5	0,5
Setúbal	55,9	55,4	55,2	29,7	30,0	30,0	6,3	6,4	6,5	4,5	4,5	4,6	2,3	2,4	2,3	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,3	0,3	0,3
Viana do Castelo	43,3	43,0	42,6	38,5	38,7	39,0	9,3	9,2	9,2	5,3	5,4	5,4	2,5	2,6	2,6	0,5	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5	0,2	0,2	0,2
Vila Real	43,9	42,9	42,5	38,3	38,3	38,4	8,6	8,6	8,7	6,2	6,2	6,4	1,8	2,7	2,9	0,3	0,3	0,3	0,6	0,6	0,6	0,2	0,2	0,2
Viseu	44,9	44,5	43,9	36,5	36,6	36,9	8,4	8,6	8,8	6,1	6,3	6,3	2,6	2,7	2,8	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,3	0,3	0,3
Portugal Cont.	46,5	46,1	45,7	33,6	33,8	34,0	8,5	8,6	8,7	6,3	6,3	6,4	3,4	3,4	3,4	0,8	0,8	0,8	0,6	0,6	0,6	0,4	0,4	0,4

Fonte: Estatísticas do Cadastro Comercial, Dezembro de 2006 - DGE

Anexo 6 - Número de Estabelecimentos Retalhistas do Comércio Alimentar e não Alimentar por distritos (% do total de Estabelecimentos Retalhistas)

Distritos	2004		2005		2006	
	Alimentar	Não Alimentar	Alimentar	Não Alimentar	Alimentar	Não Alimentar
Aveiro	45,1	54,9	44,8	55,2	44,6	55,4
Beja	48,7	51,3	48,4	51,6	48,3	51,7
Braga	41,9	58,1	41,6	58,4	41,2	58,8
Bragança	45	55	44,6	55,4	43,9	56,1
Castelo Branco	45,3	54,7	45	55	44,6	55,4
Coimbra	54,2	45,8	53,8	46,2	53,2	46,8
Évora	45,8	54,2	45,7	54,3	45,2	54,8
Faro	42	58	41,8	58,2	41,5	58,5
Guarda	53,1	46,9	52,9	47,1	52,5	47,5
Leiria	46,2	53,8	46	54	45,4	54,6
Lisboa	40,7	59,3	40,5	59,5	40,2	59,8
Portalegre	45	55	44,5	55,5	44,5	55,5
Porto	40,9	59,1	40,6	59,4	40,4	59,6
Santarém	41,7	58,3	41,6	58,4	41,1	58,9
Setúbal	44,5	55,5	44,2	55,8	43,9	56,1
Viana do Castelo	45,6	54,4	45,4	54,6	45,2	54,8
Vila Real	48,3	51,7	47,8	52,2	47	53
Viseu	48,2	51,8	48	52	47,5	52,5
Portugal Cont.	44	56	43,7	56,3	43,4	56,6

Fonte: Estatísticas do Cadastro Comercial, Dezembro de 2006 - DGE

Anexo 7

Número de Trabalhadores por Conta de Outrem no Comércio a Retalho por Grupos Etários (2004)

	<16		16 a 24		25 a 34		35 a 44		45 a 54		55 a 64		65 e +		ignorado		total	
	número	%	número	%	número	%	número	%	número	%	número	%	número	%	número	%	número	%
Homens	3	60	17757	34,42	32348	36,47	19026	37,93	11964	41,03	6038	46,82	950	55,26	194	50,26	88280	37,63
Mulheres	2	40	33827	65,58	56361	63,53	31134	62,07	17192	58,97	6858	53,18	769	44,74	192	49,74	146337	62,37

Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem no Comércio a retalho segundo os Níveis de Qualificação (2004)

Níveis de Qualificação	Número	%
Quadros Superiores	8544	3,64
Quadros Médios	6518	2,78
Encarregados, Cont. Mestres, Ch Equipa	9918	4,23
Profissionais Altamente Qualificados	12453	5,31
Profissionais Qualificados	119170	50,79
Profissionais Semi-Qualificados	24680	10,52
Profissionais Não qualificados	27509	11,73
Praticantes e Aprendizizes	21631	9,22
Nível Desconhecido	4192	1,79
Total	234615	100,00

Anexo 8

Autorizações Grandes Superfícies (m²) - Comércio a Retalho Alimentar

Anos	Área Acumulada	Acréscimo face ao ano anterior
1997	1192353	
1998	1240695	4,1
1999	1290261	4,0
2000	1356071	5,1
2001	1427346	5,3
2002	1429851	0,2
2003	1433874	0,3
2004	1537723	7,2
2005	1721193	11,9
2006*	1931209,803	12,2018158

* Previsões baseadas nos 5 primeiros meses e assumindo um crescimento linear

Autorizações Grandes Superfícies (m²) - Comércio a Retalho não Alimentar

Anos	Área Acumulada	Acréscimo face ao ano anterior
1997	119258	
1998	175005	46,7
1999	245206	40,1
2000	304220	24,1
2001	429779	41,3
2002	564438	31,3
2003	607677	7,7
2004	662168	9,0
2005	815530	23,2
2006*	963238,0025	18,1119027

* Previsões baseadas nos 5 primeiros meses e assumindo um crescimento linear

Anexo 9.1 - Número de Pessoas ao Serviço por Habilitações Literárias - Comércio a Retalho

Ano	Distrito	1º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	Bacharelato	Ensino Secundário	Ignorada	Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico	Licenciatura	Total
1995	Aveiro	3105	2348	1479	73	1160	278	122	205	8770
	Beja	867	441	453	13	293	22	30	33	2152
	Braga	3624	3087	1892	49	1708	237	120	192	10909
	Bragança	544	328	301	21	323	37	11	27	1592
	Castelo Branco	1204	584	624	21	550	26	34	66	3109
	Coimbra	2641	1724	1385	64	1196	255	70	224	7559
	Évora	1103	641	543	18	491	70	34	47	2947
	Faro	3272	2320	2186	39	1591	285	82	122	9897
	Guarda	891	352	320	14	288	61	45	48	2019
	Leiria	2489	1878	1466	55	1244	279	76	194	7681
	Lisboa	20215	11472	13196	513	11636	1562	715	1860	61169
	Portalegre	619	404	383	13	318	158	27	45	1967
	Porto	11203	8447	6011	289	5292	850	300	812	33204
	Santarém	2653	1650	1503	64	1426	255	63	137	7751
	Setúbal	4600	2844	2938	69	2936	550	155	269	14361
	Viana do Castelo	1225	1176	662	21	457	120	41	62	3764
	Vila Real	855	617	373	15	344	298	5	48	2555
	Viseu	1749	1178	738	16	656	114	17	118	4586
		Portugal Cont.	62859	41491	36453	1367	31909	5457	1947	4509

Ano	Distrito	1º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	Bacharelato	Ensino Secundário	Ignorada	Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico	Licenciatura	Total
2000	Aveiro	3073	3489	2855	190	3076	293	132	504	13612
	Beja	776	667	747	23	658	42	32	68	3013
	Braga	3313	3948	3395	118	3385	267	118	397	14941
	Bragança	469	438	483	13	454	46	20	37	1960
	Castelo Branco	1030	807	881	35	1022	47	19	109	3950
	Coimbra	2400	2053	2184	80	2147	311	46	427	9648
	Évora	1030	785	846	25	898	21	29	99	3733
	Faro	3211	3118	4103	126	3251	261	81	284	14435
	Guarda	819	494	633	50	652	70	8	78	2804
	Leiria	2532	2365	2585	105	2393	404	59	322	10765
	Lisboa	16284	12705	19467	809	20057	1315	556	3518	74711
	Portalegre	572	443	538	19	489	97	12	58	2228
	Porto	9662	9985	9958	582	10784	918	224	1873	43986
	Santarém	2521	2123	2740	70	2231	169	60	229	10143
	Setúbal	4150	3400	4309	92	4374	378	105	426	17234
	Viana do Castelo	1022	1390	1102	34	850	15	30	97	4540
	Vila Real	888	781	801	34	762	134	11	79	3490
Viseu	1844	1384	1368	49	1329	115	52	186	6327	
	Portugal Cont.	55596	50375	58995	2454	58812	4903	1594	8791	241520

Ano	Distrito	1º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	Bacharelato	Ensino Secundário	Ignorada	Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico	Licenciatura	Total
2005	Aveiro	2370	3756	4569	314	3887	80	79	795	15850
	Beja	572	706	1061	34	828	25	34	88	3348
	Braga	2774	4633	5726	202	4883	83	99	859	19259
	Bragança	356	458	686	47	714	16	14	83	2374
	Castelo Branco	781	806	1343	85	1294	25	29	175	4538
	Coimbra	1844	2253	3486	178	3524	92	73	787	12237
	Évora	760	784	1177	32	1132	16	26	152	4079
	Faro	2743	3446	6290	181	4848	204	124	521	18357
	Guarda	711	646	942	59	848	27	11	125	3369
	Leiria	2271	2706	4034	185	3310	126	82	566	13280
	Lisboa	11400	11691	24386	1241	24315	661	459	5753	79906
	Portalegre	494	493	895	31	689	19	13	80	2714
	Porto	7303	10071	14220	919	14233	268	202	2859	50075
	Santarém	2062	2268	3810	153	3162	59	94	472	12080
	Setúbal	3167	3596	7014	256	6720	146	108	982	21989
	Viana do Castelo	824	1554	1812	71	1485	32	38	182	5998
	Vila Real	820	878	1416	40	1384	56	28	205	4827
	Viseu	1524	1715	2175	112	2072	47	37	402	8084
	Portugal Cont.	42776	52460	85042	4140	79328	1982	1550	15086	282364

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade - Quadros de Pessoal

Anexo 9.2 - Número de Pessoas ao Serviço por Habilitações Literárias - Comércio a Retalho Ramo Alimentar

Ano	Distrito	1º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	Bacharelato	Ensino Secundário	Ignorada	Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico	Licenciatura	Total
1995	Aveiro	421	210	102	3	61	29	14	2	842
	Beja	130	27	33	2	13	8	4	1	218
	Braga	546	414	132	3	126	22	50		1293
	Bragança	63	26	18		9	3	1		120
	Castelo Branco	115	47	23	2	15		2		204
	Coimbra	299	113	63		26	24	14	2	541
	Évora	203	88	26	1	24	6	2	1	351
	Faro	340	185	147	2	55	27	13	1	770
	Guarda	109	43	9		12	17	3	1	194
	Leiria	332	221	75	5	51	29	16	2	731
	Lisboa	3305	1296	674	16	421	202	138	35	6087
	Portalegre	61	34	19	1	9	24	8	1	157
	Porto	1823	825	276	7	173	77	78	9	3268
	Santarém	411	179	97	4	100	18	11	3	823
	Setúbal	841	301	191	1	66	40	36	4	1480
	Viana do Castelo	230	100	41	3	25	18	1	1	419
	Vila Real	88	59	15	1	15	45		2	225
	Viseu	254	97	29		19	20	4	4	427
	Portugal Cont.	9571	4265	1970	51	1220	609	395	69	18150

Ano	Distrito	1º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	Bacharelato	Ensino Secundário	Ignorada	Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico	Licenciatura	Total
2000	Aveiro	389	347	138	4	103	27	24	5	1037
	Beja	92	64	57		46	2	7	3	271
	Braga	503	550	257	5	143	32	17	6	1513
	Bragança	53	36	20		15	3	4		131
	Castelo Branco	98	67	39	2	27	2	3	2	240
	Coimbra	249	163	97	4	66	13	6	12	610
	Évora	138	85	33		33	1	6		296
	Faro	385	277	235	4	145	21	11	6	1084
	Guarda	100	31	31	3	29	10		2	206
	Leiria	334	197	178	3	87	64	4	5	872
	Lisboa	2672	1462	969	13	590	91	119	54	5970
	Portalegre	66	36	26	1	23	11	3		166
	Porto	1474	936	431	7	235	41	36	10	3170
	Santarém	439	207	162	5	92	27	12	1	945
	Setúbal	758	361	272	4	178	37	36	12	1658
	Viana do Castelo	146	157	70	1	45	1	6	3	429
	Vila Real	90	97	52	1	22	8	3	1	274
	Viseu	311	139	73	1	38	16	17	4	599
	Portugal Cont.	8297	5212	3140	58	1917	407	314	126	19471

Ano	Distrito	1º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	Bacharelato	Ensino Secundário	Ignorada	Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico	Licenciatura	Total
2005	Aveiro	385	549	376	8	168	8	10	13	1517
	Beja	69	72	61		56	3	4	1	266
	Braga	401	698	587	5	211	12	18	16	1948
	Bragança	51	48	46	1	34	2	2	4	188
	Castelo Branco	90	103	77		31	1	1	2	305
	Coimbra	264	233	168	3	110	4	11	8	801
	Évora	90	94	73	2	64		3	10	336
	Faro	346	340	410	7	276	23	14	17	1433
	Guarda	95	59	76	3	25	2	1	4	265
	Leiria	332	279	241	4	107	18	7	9	997
	Lisboa	2033	1599	1403	24	725	86	50	105	6025
	Portalegre	73	48	44		23	2	3	2	195
	Porto	1311	1388	1016	25	421	34	38	37	4270
	Santarém	299	270	275	13	147	8	29	17	1058
	Setúbal	575	517	653	12	314	25	29	26	2151
	Viana do Castelo	165	216	163	2	73	11	16		646
	Vila Real	116	119	117	2	51	5	5	3	418
	Viseu	289	224	162	3	74	4	5	7	768
	Portugal Cont.	6984	6856	5948	114	2910	248	246	281	23587

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade - Quadros de Pessoal

Anexo 9.3 - Número de Pessoas ao Serviço por Habilitações Literárias - Comércio a Retalho em supermercados e hipermercados

Ano	Distrito	1º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	Bacharelato	Ensino Secundário	Ignorada	Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico	Licenciatura	Total
1995	Aveiro	307	346	345	4	259	10	4	2	1277
	Beja	86	126	115	2	68		1	3	401
	Braga	342	371	418	14	465	10	4	28	1652
	Bragança	50	70	64	8	102	6		6	306
	Castelo Branco	125	49	178	10	201	2	11	9	585
	Coimbra	176	302	297	10	299	15	1	14	1114
	Évora	121	160	123	7	152	36	1	3	603
	Faro	487	602	480	4	316	21	7	6	1923
	Guarda	57	41	36	1	59	2	5	1	202
	Leiria	264	440	368	8	402	59	1	15	1557
	Lisboa	2856	2279	3052	90	2566	37	49	194	11123
	Portalegre	70	111	100	5	91	12		6	395
	Porto	1134	1751	1410	56	1516	132	15	85	6099
	Santarém	283	388	421	35	569	11	3	26	1736
	Setúbal	699	787	842	10	1101	9	11	34	3493
	Viana do Castelo	79	134	83	1	116	5	1	1	420
	Vila Real	55	164	82	7	112	22		1	443
	Viseu	141	214	133	2	173	3	1	2	669
		Portugal Cont.	7332	8335	8547	274	8567	392	115	436

Ano	Distrito	1º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	Bacharelato	Ensino Secundário	Ignorada	Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico	Licenciatura	Total
2000	Aveiro	438	742	844	52	994	10	21	55	3156
	Beja	83	179	215	5	167	4	4	4	661
	Braga	321	504	727	26	922	8	14	42	2564
	Bragança	29	71	107	4	124	2		3	340
	Castelo Branco	92	183	272	10	372	5	1	11	946
	Coimbra	146	358	503	10	574	15	5	27	1638
	Évora	114	198	224	5	269		2	6	818
	Faro	594	1021	1420	30	887	41	12	36	4041
	Guarda	70	104	182	11	225	11		5	608
	Leiria	318	628	667	27	719	14	7	21	2401
	Lisboa	2407	3144	5891	172	4553	80	60	359	16666
	Portalegre	75	106	156	8	153	2	1	1	502
	Porto	980	2272	2913	210	3587	26	25	473	10486
	Santarém	294	441	751	22	668	9	7	25	2217
	Setúbal	519	844	1386	26	1387	12	12	33	4219
	Viana do Castelo	91	188	171	6	184	1		2	643
	Vila Real	116	208	205	5	269	22	2	6	833
	Viseu	164	254	273	7	365	6	3	10	1082
	Portugal Cont.	6851	11445	16907	636	16419	268	176	1119	53821

Ano	Distrito	1º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	Bacharelato	Ensino Secundário	Ignorada	Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico	Licenciatura	Total
2005	Aveiro	317	791	1477	55	1051	3	7	64	3765
	Beja	85	180	361	6	214	4	6	8	864
	Braga	275	633	984	32	1223	1	18	68	3234
	Bragança	29	84	173	14	156			9	465
	Castelo Branco	86	165	431	23	372	1	1	17	1096
	Coimbra	134	411	960	30	870		2	74	2481
	Évora	106	209	424	5	306	2	7	18	1077
	Faro	601	1121	2153	40	1026	6	7	53	5007
	Guarda	99	127	295	18	296			9	844
	Leiria	326	611	1146	38	936	7	11	64	3139
	Lisboa	1600	2908	8572	291	6377	13	33	1069	20863
	Portalegre	59	129	324	11	221			12	756
	Porto	830	2121	4301	229	3994	1	15	611	12102
	Santarém	323	589	1278	40	931	1	17	90	3269
	Setúbal	562	1048	2473	62	1883	7	7	168	6210
	Viana do Castelo	93	268	330	16	346			25	1078
	Vila Real	104	212	335	11	356	2	1	24	1045
Viseu	183	344	568	13	535	1	4	33	1681	
	Portugal Cont.	5812	11951	26585	934	21093	49	136	2416	68976

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade - Quadros de Pessoal

Anexo 10.1 - Remuneração Média Mensal por Escalão de Pessoas ao Serviço no comércio a Retalho

1995	DE 1 A 4 PESSOAS	DE 5 A 9 PESSOAS	DE 10 A 19 PESSOAS	DE 20 A 49 PESSOAS	DE 50 A 99 PESSOAS	DE 100 A 149 PESSOAS	DE 150 A 199 PESSOAS	DE 200 A 249 PESSOAS	DE 250 A 499 PESSOAS	DE 500 A 999 PESSOAS	1000 E + PESSOAS	TOTAL
Distrito												
Aveiro	333,98	436,01	400,06	388,30	625,23	474,24	433,47	0	0	0	0	383,51
Beja	330,40	416,06	377,26	517,49	512,74	0	0	0	0	0	0	379,97
Braga	336,46	394,81	385,79	422,08	475,06	517,25	0	352,88	430,79	0	0	380,26
Bragança	303,60	345,89	331,70	380,52	0	0	0	0	0	0	0	325,23
Castelo Branco	346,38	402,88	415,72	434,60	304,18	0	0	0	365,94	347,50	0	385,32
Coimbra	349,54	398,77	418,00	423,80	370,36	0	0	341,35	0	0	0	387,61
Évora	339,05	439,44	381,98	418,89	542,46	383,29	0	0	0	0	0	396,49
Faro	346,83	425,68	417,27	438,24	449,15	0	512,06	0	0	0	0	399,06
Guarda	334,53	351,42	348,24	412,61	523,10	0	0	0	0	0	0	355,66
Leiria	334,67	416,57	440,53	447,90	472,87	622,77	432,52	0	438,86	0	0	409,31
Lisboa	370,64	465,12	497,28	515,99	586,40	477,36	542,29	644,11	604,61	628,72	601,49	504,82
Portalegre	342,69	422,14	411,98	395,85	0	0	0	0	507,53	0	0	387,91
Porto	343,34	425,26	453,38	436,34	477,64	509,84	443,40	400,68	539,39	479,71	648,01	468,23
Santarém	348,90	424,48	428,48	416,98	356,14	394,19	0	0	0	0	0	392,99
Setúbal	360,47	449,60	435,34	476,13	439,08	0	331,08	324,36	476,91	0	0	414,89
Viana do Castelo	320,53	380,31	407,62	365,71	403,74	0	0	0	0	0	0	354,88
Vila Real	307,31	366,14	335,29	335,99	291,80	0	0	0	0	0	0	330,51
Viseu	315,37	380,40	372,55	418,90	637,27	469,85	314,88	730,01	0	0	0	363,77
Portugal Cont.	348,54	431,15	447,51	464,79	540,39	491,59	513,57	525,78	553,47	588,68	620,14	450,26

2000	DE 1 A 4 PESSOAS	DE 5 A 9 PESSOAS	DE 10 A 19 PESSOAS	DE 20 A 49 PESSOAS	DE 50 A 99 PESSOAS	DE 100 A 149 PESSOAS	DE 150 A 199 PESSOAS	DE 200 A 249 PESSOAS	DE 250 A 499 PESSOAS	DE 500 A 999 PESSOAS	1000 E + PESSOAS	TOTAL
Distrito												
Aveiro	428,23	551,32	526,31	538,35	533,32	1.205,68	738,17	578,55	0	0	0	504,39
Beja	466,51	562,03	502,63	576,56	596,60	0	0	0	0	0	0	518,51
Braga	412,03	508,24	482,59	552,50	497,37	539,78	716,34	0	500,57	0	0	481,05
Bragança	388,12	469,68	472,34	512,20	0	0	0	0	0	0	0	430,80
Castelo Branco	420,97	530,27	487,19	477,69	441,76	0	0	410,12	476,05	622,57	0	470,78
Coimbra	430,79	541,50	528,70	534,14	498,29	447,98	558,55	0	0	0	0	499,67
Évora	422,55	567,67	540,27	597,95	738,05	533,60	0	0	0	0	0	512,79
Faro	441,30	552,26	570,26	542,43	605,34	576,98	0	0	576,13	567,16	0	524,52
Guarda	405,18	477,28	493,66	499,74	720,74	0	0	0	0	0	0	461,95
Leiria	421,22	553,05	565,20	525,54	550,29	475,13	525,40	0	518,68	0	0	504,83
Lisboa	475,21	630,78	646,77	653,14	688,52	705,63	656,41	872,63	679,82	757,55	681,80	639,20
Portalegre	435,92	549,92	490,09	485,21	0	0	0	0	0	0	0	486,84
Porto	432,53	552,60	548,96	559,80	591,37	677,23	553,94	618,57	608,17	832,36	762,42	593,20
Santarém	429,51	546,76	530,42	524,37	525,12	527,75	487,47	0	0	0	0	496,94
Setúbal	444,26	573,32	581,83	563,79	564,37	503,53	457,44	0	713,18	0	0	527,86
Viana do Castelo	404,87	514,89	512,45	556,99	434,87	0	0	0	0	0	0	464,00
Vila Real	376,57	491,08	438,58	467,63	386,31	702,21	0	0	0	0	0	441,25
Viseu	400,14	490,87	489,14	523,68	544,29	680,38	0	566,87	903,81	0	0	466,44
Portugal Cont.	438,35	565,96	570,68	582,85	613,27	647,90	608,17	821,73	623,38	751,07	707,39	570,56

2005	DE 1 A 4 PESSOAS	DE 5 A 9 PESSOAS	DE 10 A 19 PESSOAS	DE 20 A 49 PESSOAS	DE 50 A 99 PESSOAS	DE 100 A 149 PESSOAS	DE 150 A 199 PESSOAS	DE 200 A 249 PESSOAS	DE 250 A 499 PESSOAS	DE 500 A 999 PESSOAS	1000 E + PESSOAS	TOTAL
Distrito												
Aveiro	517,72	724,95	688,75	673,21	694,07	820,74	0	669,12	825,51	0	0,00	636,41
Beja	573,99	686,42	703,97	755,63	627,75	0	0	0	0	0	0	643,58
Braga	518,56	684,04	652,25	664,94	648,53	662,87	794,61	616,45	524,80	850,66	0	619,82
Bragança	492,05	585,21	576,20	635,10	0	0	0	0	0	0	0	537,02
Castelo Branco	506,43	683,20	646,43	617,59	517,83	0	0	513,33	935,14	0	0	594,45
Coimbra	529,94	712,58	692,11	673,44	683,28	532,78	0	519,00	0	0	0	631,64
Évora	549,03	760,34	654,68	761,49	1.706,14	737,67	0	0	0	0	0	665,86
Faro	552,52	718,61	772,84	784,51	728,79	843,00	761,14	0	581,78	0	0	668,39
Guarda	508,00	654,35	637,82	712,31	590,24	976,42	0	0	0	0	0	596,59
Leiria	527,24	689,20	760,80	710,80	602,59	655,73	625,14	683,97	767,10	743,65	0	639,50
Lisboa	587,50	813,69	857,97	862,68	818,89	822,02	789,30	625,60	928,95	967,32	857,66	807,70
Portalegre	525,41	719,66	669,97	660,96	464,02	0	0	0	0	0	0	618,68
Porto	532,62	723,67	695,27	743,75	715,80	726,74	750,53	745,14	779,93	709,60	897,02	728,53
Santarém	535,62	729,52	719,90	757,37	710,51	812,79	518,38	961,22	0	0	0	660,29
Setúbal	561,96	794,64	811,48	794,42	837,26	591,96	774,42	0	617,55	898,70	0	718,21
Viana do Castelo	510,59	680,43	611,24	647,13	543,09	0	594,89	0	0	0	0	582,63
Vila Real	480,69	599,23	553,73	641,67	0	452,88	0	0	0	0	0	542,97
Viseu	496,60	664,67	594,27	771,15	617,17	833,32	0	0	0	0	0	598,98
Portugal Cont.	542,21	735,43	743,57	768,81	740,05	767,49	753,87	709,08	841,74	863,04	870,81	717,03

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade - Quadros de Pessoal

Anexo 10.2 - Remuneração Média Mensal por Escalão de Pessoas ao Serviço no Comércio a Retalho Ramo Alimentar

1995	DE 1 A 4 PESSOAS	DE 5 A 9 PESSOAS	DE 10 A 19 PESSOAS	DE 20 A 49 PESSOAS	DE 50 A 99 PESSOAS	DE 100 A 149 PESSOAS	DE 150 A 199 PESSOAS	DE 200 A 249 PESSOAS	DE 250 A 499 PESSOAS	DE 500 A 999 PESSOAS	TOTAL
Distrito											
Aveiro	294,45	343,21	336,12	0,00	0	0	415,87	0	0	0	323,09
Beja	309,31	302,24	265,57	332,28	0	0	0	0	0	0	303,25
Braga	293,46	321,82	302,22	387,35	299,48	300,53	0	352,88	295,66	0	315,87
Bragança	285,68	304,97	0	0	0	0	0	0	0	0	294,70
Castelo Branco	346,83	326,36	333,42	370,37	304,18	0	0	0	0	0	345,10
Coimbra	295,45	351,55	311,36	301,54	0	0	0	0	0	0	310,98
Évora	313,07	345,38	378,98	401,75	0	338,98	0	0	0	0	353,04
Faro	342,48	354,74	424,12	335,07	382,42	0	0	0	0	0	356,02
Guarda	280,82	275,38	267,85	278,01	0	0	0	0	0	0	277,19
Leiria	300,80	341,99	330,37	401,35	317,15	0	0	0	0	0	327,03
Lisboa	344,14	390,39	419,87	369,22	420,30	317,63	0	345,61	420,53	790,38	377,65
Portalegre	327,83	330,17	270,13	0	0	0	0	0	507,53	0	355,09
Porto	319,58	347,37	491,33	394,37	384,64	367,29	344,89	0	0	348,11	364,55
Santarém	311,14	333,99	457,03	401,26	278,13	371,44	0	0	0	0	352,65
Setúbal	335,37	360,19	379,87	326,49	394,46	0	313,46	324,36	0	0	345,45
Viana do Castelo	298,78	307,81	320,93	0	406,06	0	0	0	0	0	330,01
Vila Real	287,29	284,71	356,06	325,91	282,89	0	0	0	0	0	292,50
Viseu	277,97	310,71	379,79	301,56	0	0	314,88	753,28	0	0	325,28
Portugal Cont.	322,25	355,01	404,13	371,57	402,75	324,27	342,99	354,07	425,88	488,70	354,03

2000	DE 1 A 4 PESSOAS	DE 5 A 9 PESSOAS	DE 10 A 19 PESSOAS	DE 20 A 49 PESSOAS	DE 50 A 99 PESSOAS	DE 100 A 149 PESSOAS	DE 150 A 199 PESSOAS	DE 200 A 249 PESSOAS	DE 250 A 499 PESSOAS	Total
Distrito										
Aveiro	364,73	389,82	421,38	0	499,13	0	0	578,55	0	410,37
Beja	432,39	473,84	438,92	396,50	0	0	0	0	0	447,55
Braga	373,96	410,25	411,83	412,67	409,98	0	421,07	0	370,03	396,18
Bragança	358,99	376,86	465,25	0	0	0	0	0	0	371,54
Castelo Branco	388,21	404,41	413,14	417,08	0	0	0	0	0	400,45
Coimbra	392,30	414,27	424,66	669,10	0	0	0	0	0	417,70
Évora	419,24	450,85	505,76	454,33	528,21	420,85	0	0	0	438,00
Faro	423,19	433,59	599,69	566,37	0	0	0	0	0	486,68
Guarda	350,66	372,16	428,07	318,23	0	0	0	0	0	372,58
Leiria	385,10	430,42	457,24	401,76	546,45	0	0	0	0	415,58
Lisboa	433,60	481,48	583,27	527,61	524,23	514,75	504,57	365,59	372,40	484,85
Portalegre	392,31	437,73	353,39	385,65	0	0	0	0	0	400,63
Porto	401,56	434,61	480,29	443,57	408,41	406,55	0	0	463,54	429,12
Santarém	408,61	472,53	501,66	429,75	0	0	0	0	0	448,36
Setúbal	421,17	474,79	465,51	491,61	453,31	471,11	431,99	0	0	451,59
Viana do Castelo	369,17	397,58	890,30	362,97	394,52	0	0	0	0	400,05
Vila Real	346,17	353,13	389,06	490,75	364,02	0	0	0	0	365,68
Viseu	376,25	429,57	408,62	0	540,76	0	0	0	885,05	427,65
Portugal Cont.	404,81	445,10	499,68	492,12	494,98	489,77	474,91	469,29	412,88	446,29

2005	DE 1 A 4 PESSOAS	DE 5 A 9 PESSOAS	DE 10 A 19 PESSOAS	DE 20 A 49 PESSOAS	DE 50 A 99 PESSOAS	DE 100 A 149 PESSOAS	DE 150 A 199 PESSOAS	DE 200 A 249 PESSOAS	DE 250 A 499 PESSOAS	Total
Distrito										
Aveiro	458,34	485,11	466,79	623,99	737,05	0	0	0	0	501,37
Beja	519,42	574,04	608,45	558,00	0	0	0	0	0	548,18
Braga	452,23	483,20	533,47	607,65	640,37	527,66	0	0	0	501,88
Bragança	441,01	510,43	537,36	441,30	0	0	0	0	0	477,44
Castelo Branco	424,83	473,83	492,01	511,90	517,83	0	0	0	0	460,13
Coimbra	490,09	548,33	517,82	728,80	550,44	0	0	0	0	520,56
Évora	501,72	595,86	676,91	633,32	0	1.294,00	0	0	0	586,05
Faro	545,31	608,44	668,58	742,73	794,68	0	0	0	0	633,02
Guarda	447,30	488,35	450,16	0	588,74	0	0	0	0	462,50
Leiria	493,67	529,00	516,65	499,55	448,81	0	0	0	0	502,89
Lisboa	525,90	605,23	659,90	755,15	647,58	574,58	443,57	627,58	499,10	602,88
Portalegre	475,73	593,39	477,11	0	0	0	0	0	0	518,21
Porto	470,59	523,59	574,53	604,24	0	458,89	568,14	0	0	515,71
Santarém	493,80	547,00	570,38	645,12	761,42	0	0	0	0	550,69
Setúbal	509,04	574,65	641,67	781,15	815,08	644,06	0	0	0	622,30
Viana do Castelo	461,59	486,50	485,96	431,20	526,48	0	0	0	0	480,40
Vila Real	412,48	462,16	508,35	0	0	0	0	0	0	444,05
Viseu	460,63	498,81	638,51	1.146,66	0	0	0	0	0	515,52
Portugal Cont.	490,03	546,95	584,26	693,36	696,28	601,51	499,35	627,58	499,10	553,14

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade - Quadros de Pessoal

Anexo 10.3 - Remuneração Média Mensal por Escalão de Pessoas ao Serviço no comércio a retalho em supermercados e hipermercados

1995	DE 1 A 4 PESSOAS	DE 5 A 9 PESSOAS	DE 10 A 19 PESSOAS	DE 20 A 49 PESSOAS	DE 50 A 99 PESSOAS	DE 100 A 149 PESSOAS	DE 150 A 199 PESSOAS	DE 200 A 249 PESSOAS	DE 250 A 499 PESSOAS	DE 500 A 999 PESSOAS	1000 E + PESSOAS	TOTAL
Distrito												
Aveiro	310,60	346,47	372,77	394,84	0	0	0	367,58	516,48	469,86	574,07	506,29
Beja	325,14	303,24	359,89	388,56	512,74	0	0	0	0	372,67	602,11	498,23
Braga	268,36	309,04	347,52	401,75	482,91	0	0	0	417,81	441,54	601,60	521,63
Bragança	270,84	319,39	310,20	0	0	0	0	0	0	484,50	435,09	436,14
Castelo Branco	291,81	300,90	0	0	0	0	0	0	365,94	0,00	553,88	456,51
Coimbra	275,20	382,68	298,40	379,85	0	0	0	0	421,81	436,11	592,06	519,09
Évora	330,50	384,65	0	342,47	432,89	0	394,79	0	411,56	0,00	517,91	459,74
Faro	379,48	322,04	362,30	370,85	426,19	0	512,06	0	924,77	545,82	596,52	513,46
Guarda	276,62	290,52	371,16	415,84	0	0	0	0	652,59	0	480,41	407,17
Leiria	316,85	298,82	328,14	375,36	425,15	0	0	0	499,91	623,76	597,61	533,26
Lisboa	307,05	327,92	369,59	424,38	468,85	445,91	476,98	0	600,15	548,37	673,44	599,54
Portalegre	294,52	347,21	497,40	364,12	679,64	0	0	0	360,17	519,35	472,21	477,90
Porto	305,30	329,39	736,88	389,10	360,88	420,57	0	393,75	578,35	551,56	648,09	588,02
Santarém	293,65	404,36	340,65	393,56	782,22	403,63	0	0	400,12	481,08	554,32	494,68
Setúbal	326,83	332,59	359,51	429,03	423,32	0	409,49	0	463,51	471,97	613,50	546,51
Viana do Castelo	266,28	296,48	338,53	281,50	0	0	0	0	0	420,22	535,01	446,61
Vila Real	253,61	282,28	275,14	302,00	293,25	0	0	0	0	419,22	559,14	438,50
Viseu	297,90	322,09	339,49	352,65	0	0	0	0	632,31	487,47	607,15	492,94
Portugal Cont.	308,44	332,23	390,96	397,70	495,99	425,39	472,72	391,72	512,33	522,50	628,54	552,34

2000	DE 1 A 4 PESSOAS	DE 5 A 9 PESSOAS	DE 10 A 19 PESSOAS	DE 20 A 49 PESSOAS	DE 50 A 99 PESSOAS	DE 100 A 149 PESSOAS	DE 150 A 199 PESSOAS	DE 200 A 249 PESSOAS	DE 250 A 499 PESSOAS	DE 500 A 999 PESSOAS	1000 E + PESSOAS	TOTAL
Distrito												
Aveiro	398,60	417,67	433,90	470,46	444,27	0	738,17	0	622,89	0	623,40	590,12
Beja	424,34	398,79	465,76	543,64	674,13	0	0	0	669,10	0	610,61	569,07
Braga	367,69	439,75	425,44	499,40	448,82	0	0	462,90	605,99	0	672,06	602,91
Bragança	400,40	392,37	411,98	492,95	0	0	0	0	549,44	0	587,74	549,75
Castelo Branco	444,97	0	529,86	479,81	449,09	0	0	505,83	486,09	0	617,66	547,83
Coimbra	338,29	613,94	368,28	490,86	443,59	0	563,61	0	539,89	0	638,23	579,81
Évora	441,60	489,18	538,55	519,85	0	532,42	0	533,30	524,58	0	566,29	542,19
Faro	428,47	433,92	422,98	498,04	546,08	576,98	0	0	609,34	567,16	612,14	581,84
Guarda	397,44	371,88	511,70	501,46	0	0	0	0	426,87	0	606,26	546,01
Leiria	392,95	401,61	0	497,95	595,06	509,25	0	474,88	534,79	0	626,04	573,88
Lisboa	398,74	417,87	519,30	568,80	653,60	933,09	483,95	646,60	600,44	0	733,02	703,11
Portalegre	333,94	447,62	524,64	515,50	0	0	441,90	427,85	456,42	0	586,84	530,76
Porto	369,11	523,11	476,09	470,98	503,94	751,01	0	554,85	635,82	0	787,65	744,36
Santarém	377,89	393,36	421,44	506,57	524,45	569,70	503,40	375,08	533,42	0	598,08	553,57
Setúbal	382,80	439,07	484,59	596,61	549,90	641,98	0	578,42	546,56	0	647,40	626,22
Viana do Castelo	354,87	503,82	390,58	544,64	447,46	0	0	0	0	0	584,15	546,73
Vila Real	328,05	341,57	422,15	454,09	379,09	702,21	0	0	534,42	0	617,13	546,85
Viseu	336,81	373,80	404,08	478,14	0	680,38	0	0	0	0	662,09	572,01
Portugal Cont.	387,78	436,25	468,76	514,12	550,80	629,16	586,80	546,69	570,90	567,16	702,14	649,74

2005	DE 1 A 4 PESSOAS	DE 5 A 9 PESSOAS	DE 10 A 19 PESSOAS	DE 20 A 49 PESSOAS	DE 50 A 99 PESSOAS	DE 100 A 149 PESSOAS	DE 150 A 199 PESSOAS	DE 200 A 249 PESSOAS	DE 250 A 499 PESSOAS	DE 500 A 999 PESSOAS	1000 E + PESSOAS	TOTAL
Distrito												
Aveiro	445,52	509,51	538,55	563,33	653,82	0	0	673,43	800,75	854,55	738,78	695,19
Beja	501,13	467,56	517,49	705,19	643,51	0	0	0	619,86	798,92	760,45	677,86
Braga	433,71	492,06	598,08	710,28	639,60	646,19	487,29	0	701,36	840,98	834,17	734,74
Bragança	471,46	475,81	500,85	582,72	0	0	0	0	780,61	704,07	718,15	674,52
Castelo Branco	413,10	517,58	384,56	537,32	0,00	0	700,30	0	702,24	1.588,48	731,97	706,58
Coimbra	443,79	482,26	590,04	595,29	631,35	678,21	668,46	0	697,83	749,32	707,97	679,73
Évora	499,36	523,72	607,97	943,89	837,04	721,46	620,33	0	753,57	669,57	730,59	706,12
Faro	518,86	585,21	741,60	684,59	691,70	843,00	785,22	0	626,95	927,69	744,99	716,69
Guarda	457,26	506,15	545,06	708,73	599,21	0	0	0	872,02	0	742,93	702,01
Leiria	418,75	498,99	693,75	636,42	626,76	820,20	506,82	0	627,64	793,02	770,19	730,83
Lisboa	510,91	553,98	617,46	739,88	678,09	816,67	637,69	635,56	962,39	1.103,94	955,90	924,53
Portalegre	477,90	553,11	637,17	676,13	533,81	0	595,30	0	634,93	0	674,26	650,93
Porto	468,51	498,18	606,46	598,58	758,18	765,82	702,55	831,13	780,82	995,17	918,55	888,33
Santarém	422,09	557,64	567,30	722,55	760,52	1.293,10	585,82	918,17	656,15	716,33	791,84	767,81
Setúbal	478,11	540,06	571,56	765,41	702,82	825,68	746,18	0	653,01	1.535,70	789,95	790,36
Viana do Castelo	477,83	456,96	595,22	595,08	0,00	0	687,14	0	889,75	733,46	751,18	687,26
Vila Real	449,47	419,52	524,51	600,37	0	452,88	0	0	644,70	855,66	696,82	640,08
Viseu	464,56	491,97	540,49	638,40	0	833,32	0	0	0	921,69	798,63	723,04
Portugal Cont.	472,44	520,14	587,37	657,50	670,73	768,51	702,15	728,35	712,25	974,49	867,24	818,66

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade - Quadros de Pessoal

Anexo II - Número de Empresas no Comércio a Retalho (Excepto Automóvel)

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Lituânia	15087	14951	15981	14908	15873	14406	13688	12937
Letónia	10471	11348	11952	12569	11570	13311	13310	13146
Irlanda	20653	22688	13466	16688	17278	18324	18623	17845
Finlândia	23597	25459	24353	23615	23200	22952	22718	22110
Dinamarca	31592	31912	24515	25259	24363	24049	24005	24170
Noruega	30722	30497	30539	30391	30297	30071	29513	29753
Áustria	34656	36386	34504	35041	36594	41813	42257	41586
Suécia	58692	58647	57250	57427	56834	56501	57032	57494
Bélgica	:	:	81505	:	75869	:	70132	72817
Holanda	87205	91155	87415	85730	85615	80730	79195	78935
Bulgária	70215	76700	88854	93196	93344	90332	93132	93714
Hungria	:	6400	7784	8469	122008	119572	115084	108413
Roménia	162503	157444	:	139636	130372	119126	119957	126342
República Checa	123447	132296	131667	145233	127005	140768	140184	134025
Portugal	116631	135818	149537	150539	140790	138442	143944	145157
UK	218333	216000	216826	215372	211049	207513	202971	200752
Alemanha	:	:	284520	277412	266611	249004	292766	274195
Polónia	460642	479435	474533	450829	406535	431868	419622	412462
França	385756	384239	379951	378896	380380	383197	417713	427352
Espanha	555609	:	527369	530844	523604	522372	522032	531113
Itália	712372	733462	744743	741360	738794	730113	711503	703570

.....
 Fonte: Eurostat 2004

Anexo 12 - Número de Pessoas ao Serviço no Comércio a Retalho (Excepto Automóvel)

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Letónia	:	63394	82793	83908	83501	90649	89824	99231
Lituânia	102525	107069	101365	100029	101102	99586	105150	112544
Finlândia	100444	110543	113421	119073	121011	126376	129139	131497
Irlanda	132013	152361	125865	130865	140853	154976	162012	162415
Noruega	175039	174315	180102	181533	180714	184256	185641	188436
Dinamarca	194594	195857	197206	204994	205707	203697	200546	202569
Bulgária	173962	184711	205324	204290	206599	212251	243983	251305
Suécia	233908	240083	237263	244726	247139	251137	259104	265226
Bélgica	272815	281569	285503	281305	287217	:	280572	291998
Áustria	257990	270097	267576	270846	279865	298106	316546	319604
Hungria	:	127148	141024	146249	324648	336124	340199	341161
República Checa	414802	392662	402844	416767	406222	392493	388627	377245
Portugal	386838	420591	370585	377437	372816	366106	376864	391964
Roménia	672865	660654	:	554033	438043	393463	413901	439563
Holanda	644343	661780	:	727388	731468	746073	707253	707176
Polónia	1131146	1154481	:	:	:	1207210	1223542	1197077
Espanha	1400159	:	1439386	1507860	1508958	1581292	1613211	1697741
França	1465262	1479859	1506544	1600865	1635362	1681612	1703418	1736175
Itália	1534294	1599913	1634914	1637285	1709311	1725501	1757946	1780197
Alemanha	:	:	2554680	2553199	2564487	2455256	2622686	2590069
UK	:	2963074	2973649	3049867	3154101	3076949	3135617	3176110

Fonte: Eurostat 2004

